



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Concurso Público C-222 - Edital 001/2025 - SEPLAD/SEFA

FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOME DO CANDIDATO: _____
Nº DE INSCRIÇÃO: _____
Assinatura _____

PROVA TIPO

1

ATENÇÃO!!! APÓS RECEBER ESTE CADERNO DE QUESTÕES, VERIFIQUE, IMEDIATAMENTE, SE CORRESPONDE AO MESMO TIPO DE PROVA INDICADO NO SEU CARTÃO RESPOSTA. A CORRESPONDÊNCIA DO TIPO DE PROVA DO CARTÃO RESPOSTA COM O CONSTANTE NO CADERNO DE QUESTÕES É DE SUA INTEIRA RESPONSABILIDADE.

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além deste **CADERNO DE QUESTÕES**, com 100 (cem) **questões objetivas**, você recebeu o seu **CARTÃO RESPOSTA**, destinado à marcação das suas respostas.
2. Confira se o seu nome e data de nascimento constam no seu **CARTÃO RESPOSTA**. Em caso de erros, comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que este proceda ao registro na Ata de Sala, que deverá ser assinada por você, ao lado da modificação.
3. Somente em caso de urgência peça ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, **devendo, no percurso, permanecer absolutamente calado**, podendo, nesse momento, sofrer revista com detectores de metais. Ao término da sua prova, você não poderá mais utilizar o banheiro.
4. É obrigatório que você preencha e assine o cabeçalho deste **CADERNO DE QUESTÕES**, assine a **LISTA DE PRESENÇA** e o **CARTÃO RESPOSTA**, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
5. Esta prova terá a duração de **5 (cinco) horas** e você deverá permanecer neste local, obrigatoriamente, por, no mínimo, **4 (quatro) horas** após o seu início, não podendo sair, em hipótese alguma, com o **CARTÃO RESPOSTA**.
6. O **CARTÃO RESPOSTA** é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
7. A marcação do **CARTÃO RESPOSTA**, deve ser feita conforme indicado nele, exclusivamente com caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul, marcações a lápis não serão consideradas.
8. **Não é permitido anotar gabarito. O candidato flagrado com gabarito anotado será eliminado.**
9. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO RESPOSTA** por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
10. Ao final da sua prova, você deverá devolver o seu **CARTÃO RESPOSTA** e o seu **CADERNO DE QUESTÕES**. O candidato só poderá levar o seu **CADERNO DE QUESTÕES** quando faltarem 30 (trinta) minutos, ou menos, para o término da Prova.
11. Os **três últimos candidatos deverão permanecer em sala** aguardando até que todos conclua a prova para assinarem a ata de sala e saírem conjuntamente.
12. O envelope **porta-objetos recebido para guarda do material**, inclusive do seu cartão de inscrição, deverá ser **lacrado** e, **obrigatoriamente**, colocado embaixo de sua carteira.
13. Será automaticamente eliminado deste Concurso Público o candidato que, durante a realização da prova, descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2025-SEPLAD/SEFA de 23/12/2025.

Boa Prova!

CÓPIA • CÓPIA • CÓPIA

01 O princípio da anterioridade tributária, geral e nonagesimal,

(A) se aplica às hipóteses de redução ou de supressão de benefícios ou de incentivos fiscais que resultem em majoração indireta de tributos, observadas as determinações e as exceções constitucionais para cada tributo.

(B) se aplica às hipóteses de redução de benefícios ou de incentivos fiscais que resultem em majoração indireta de tributos, observadas as determinações e as exceções constitucionais para cada tributo, porém não se aplica às hipóteses de supressão de incentivos fiscais.

(C) não se aplica às hipóteses de redução de benefícios ou de incentivos fiscais que resultem em majoração indireta de tributos, observadas as determinações e as exceções constitucionais para cada tributo, porém se aplica às hipóteses de supressão de incentivos fiscais.

(D) não se aplica às hipóteses de redução ou de supressão de benefícios ou de incentivos fiscais que resultem em majoração indireta de tributos, observadas as determinações e as exceções constitucionais para cada tributo.

(E) não se aplica às hipóteses de redução ou de supressão de benefícios ou de incentivos fiscais que resultem em majoração indireta de tributos, independentemente das exceções constitucionais para cada tributo.

02 Sobre responsabilidade tributária do credor fiduciário na execução fiscal, o STJ possui tese firmada de que

(A) o credor fiduciário pode ser considerado sujeito passivo do IPTU, antes da consolidação da propriedade e desde que imitado na posse do imóvel objeto da alienação fiduciária.

(B) o credor fiduciário pode ser considerado sujeito passivo do IPTU, antes da consolidação da propriedade e da imissão na posse do imóvel objeto da alienação fiduciária.

(C) o credor fiduciário, antes da consolidação da propriedade e da imissão na posse do imóvel objeto da alienação fiduciária, pode ser considerado sujeito passivo do IPTU, nas hipóteses em que a execução fiscal seja proposta em litisconsórcio passivo com o devedor fiduciário.

(D) o credor fiduciário, antes da consolidação da propriedade e da imissão na posse do imóvel objeto da alienação fiduciária, não pode ser considerado sujeito passivo do IPTU, uma vez que não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no art. 34 do Código Tributário Nacional.

(E) o credor fiduciário não pode ser considerado sujeito passivo do IPTU antes da imissão na posse do imóvel objeto da alienação fiduciária, não importando, para tanto, a ocorrência da consolidação da propriedade, eis que a alienação fiduciária implica a transferência da propriedade indireta ao credor.

03 Acerca do Sistema Tributário Nacional, a Constituição Federal de 1988 dispõe o seguinte:

(A) cabe à lei ordinária regular as limitações constitucionais ao poder de tributar, bem como estabelecer normas gerais.

(B) os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública, sendo vedada sua instituição para o monitoramento de segurança e a preservação de logradouros públicos.

(C) sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: instituir impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil, contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

(D) é vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, salvo quando destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

(E) o imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado onde era domiciliado o *de cuius*, ou onde tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.

04 Sobre o imposto de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios é correto afirmar que

(A) o imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios não incidirá sobre as exportações, assegurados ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direitos, ou serviço, observada a forma e o prazo para ressarcimento de créditos acumulados pelo contribuinte.

(B) cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei complementar específica, devendo ser a mesma para todas as operações com bens materiais, inclusive direitos, salvo com serviços.

(C) será cumulativo, compensando-se o imposto devido pelo contribuinte com o montante cobrado sobre todas as operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direito, salvo de serviço, excetuadas exclusivamente as consideradas de uso ou consumo pessoal especificadas em lei específica e as hipóteses previstas na Constituição.

(D) incidirá nas prestações de serviço de comunicação, nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.

(E) lei complementar federal fixará alíquota de referência do imposto para cada esfera federativa, nos termos da Constituição, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo.

05 Considere as seguintes afirmativas:

I. Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.

II. Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

III. Na entrada de mercadoria importada do exterior, é legítima a cobrança do ICMS, por ocasião do desembaraço aduaneiro.

É(são) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) II, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, II e III.

06 A Lei Complementar 214/2025 dispõe que o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS)

(A) incidem sobre operações onerosas com bens ou com serviços, incluindo o decorrente de mútuo, doação, instituição de direitos reais e arrendamento, inclusive mercantil.

(B) incidem sobre fornecimento de serviços por pessoas físicas, em decorrência de sua atuação como administradores ou membros de conselhos de administração e fiscal e de comitês de assessoramento do conselho de administração do contribuinte previstos em lei.

(C) incidem sobre transferência de bens entre estabelecimentos pertencentes ao mesmo contribuinte, observada a obrigatoriedade de emissão de documento fiscal eletrônico.

(D) incidem sobre transmissão de bens em decorrência de fusão, cisão e incorporação e de integralização e devolução de capital, ressalvado o disposto no inciso III do *caput* do art. 5º dessa Lei Complementar.

(E) incidem sobre a transmissão, pelo contribuinte, para sócio ou acionista que não seja contribuinte no regime regular, por devolução de capital, dividendos *in natura* ou de outra forma, de bens cuja aquisição tenham permitido a apropriação de créditos pelo contribuinte, inclusive na produção.

07 Acerca das normas gerais do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), a Lei Complementar 214/2025 dispõe que

(A) são imunes ao IBS e à CBS os fornecimentos realizados pela União aos Estados e Distrito Federal, e pelos Estados e Distrito Federal aos Municípios.

(B) se considera ocorrido o fato gerador do IBS e da CBS no momento do fornecimento nas operações com bens ou com serviços, ainda que de execução continuada ou fracionada.

(C) se considera local da operação com serviço de transporte de passageiros, o local de destino ou disponibilização do bem ao destinatário constante no documento fiscal.

(D) a base de cálculo do IBS e da CBS é o valor da operação, considerado o valor integral cobrado pelo fornecedor a qualquer título, descontados os valores correspondentes a tributos e preços públicos, inclusive tarifas, incidentes sobre a operação ou suportados pelo fornecedor.

(E) se considera local de operação com bem imóvel, o local da entrega ou disponibilização do bem ao destinatário.

08 Sobre os Regimes Específicos do IBS e da CBS, é correto afirmar o seguinte:

(A) o IBS e a CBS incidirão uma única vez sobre as operações, ainda que iniciadas no exterior, com combustíveis, qualquer que seja a sua finalidade, tais como gasolina e suas correntes, etanol anidro combustível (EAC) e óleo diesel e suas correntes, além de outros.

(B) as pessoas físicas e jurídicas que realizarem operações com bens imóveis serão consideradas contribuintes do regime regular do IBS e da CBS e sujeitas ao regime previsto na LC 214/2025, nos casos de venda, compra, locação, cessão onerosa e arrendamento de bem imóvel.

(C) as sociedades cooperativas poderão optar por regime específico do IBS e da CBS, no qual ficam reduzidas a 0,05 as alíquotas do IBS e da CBS incidentes na operação em que o associado fornece bem ou serviço à cooperativa de que participa.

(D) nas operações de fornecimento de alimentação por bares e restaurantes, inclusive lanchonetes, a base de cálculo do IBS e da CBS é o valor da operação de fornecimento de alimentação e das bebidas, incluída, na base de cálculo, a gorjeta incidente no fornecimento de alimentação.

(E) os serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos ficam sujeitos a regime específico de incidência do IBS e da CBS, considerando-se serviço de hotelaria o fornecimento de alojamento temporário, bem como de outros serviços incluídos no valor cobrado pela hospedagem, em imóvel residencial mobiliado ou não, desde que de uso exclusivo dos hóspedes.

09 A transição para o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição Social sobre Bens e Serviços) é um processo escalonado da Reforma Tributária Brasileira, que tem como finalidade a adaptação de todos os envolvidos. Sobre essa transição, a LC 214/2025 determina que,

(A) em relação aos fatos geradores ocorridos de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, o IBS será cobrado mediante aplicação da alíquota estadual de 0,5%.

(B) em relação aos fatos geradores ocorridos de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2028, o IBS será cobrado à alíquota estadual de 0,5% e à alíquota municipal de 0,5%.

(C) em relação aos fatos geradores ocorridos de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, a CBS será cobrada mediante aplicação da alíquota de 0,9% (nove décimos por cento).

(D) em relação aos fatos geradores ocorridos de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2028, a alíquota da CBS será de 1,2%, reduzida em 0,1 (um décimo) percentual, exceto em relação aos combustíveis sujeitos ao regime específico.

(E) para os anos de 2027 a 2033, a alíquota de referência da CBS e, para os anos de 2029 a 2033, a alíquota de referência do IBS para os Estados e para os Municípios serão fixadas por meio de lei complementar.

10 A avaliação quinquenal do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) é um mecanismo da reforma tributária brasileira, previsto na LC 214/2025, para revisar, a cada 5 (cinco) anos, a eficiência do sistema, especialmente seu impacto em desigualdades, e reavaliar alíquotas e regimes diferenciados, podendo acionar uma "trava" para que a alíquota padrão não ultrapasse um limite, exigindo ao governo ajustes e revisão de benefícios fiscais. Sobre esse assunto, a lei complementar dispõe o seguinte:

(A) a avaliação deverá considerar o impacto da legislação do IBS e da CBS na promoção da igualdade étnico-racial e do impacto sobre as desigualdades de renda, não mencionando nada sobre possível impacto na promoção da igualdade entre homens e mulheres.

(B) o Tribunal de Contas da União e os Tribunais de Contas dos Estados e Municípios poderão, em decorrência do exercício de suas competências, requisitar, dos órgãos interessados, subsídios para a avaliação quinquenal de que trata esse artigo, podendo editar resoluções para tanto.

(C) caso a avaliação quinquenal resulte em recomendações de revisão dos regimes e das políticas, o Poder Executivo da União deverá encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei ordinária, propondo alterações no escopo e na forma de aplicação dos regimes e das políticas.

(D) a primeira avaliação quinquenal será realizada com base nos dados disponíveis no ano-calendário de 2029 e poderá resultar na apresentação de projeto de lei ordinária pelo Poder Executivo da União, com início de eficácia para 2030.

(E) caso a soma das alíquotas de referência estimadas de que trata a LC 214/2025 resulte em percentual superior a 26,5% (vinte e seis inteiros e cinco décimos por cento), o Poder Executivo da União, ouvido o Comitê Gestor do IBS, deverá encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei complementar, propondo medidas que reduzam o percentual a patamar igual ou inferior a 26,5% (vinte e seis inteiros e cinco décimos por cento).

11 Diante das disposições legais do Código Tributário Nacional, considere as seguintes afirmativas:

- I. A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
- II. São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e, dentre outros, as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.
- III. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada: equidade; princípios gerais de direito público; princípios gerais de direito tributário e analogia.
- IV. O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei, mas o emprego da equidade pode resultar na dispensa do pagamento de tributo devido mediante análise da autoridade administrativa.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

12 Acerca da disciplina jurídica do Imposto Estadual sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), analise as afirmativas a seguir:

- I. O IPVA terá alíquotas mínimas e máximas fixadas pelo Senado Federal.
- II. O IPVA poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo, do valor, da utilização e do impacto ambiental.
- III. Não incidirá o IPVA sobre a propriedade de veículos terrestres de passageiros, caminhonetes e mistos com menos de 10 (dez) anos de fabricação, inclusive os micro-ônibus, ônibus, reboques e semirreboques.
- IV. Incidirá sobre a propriedade de veículos automotores terrestres, aquáticos e aéreos de pessoa física ou jurídica que pratique pesca industrial, artesanal, científica ou de subsistência diante do novo regime tributário para o pescador artesanal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II, apenas.

13 A relação entre o Fisco e o Contribuinte sofreu alterações com a Lei Complementar nº 214/2025, conhecida como Reforma Tributária, porque estabeleceu diferentes obrigações entre as partes. Sobre os direitos e deveres, considere as afirmativas abaixo:

- I. As pessoas físicas e jurídicas sujeitas ao IBS e à CBS são obrigadas a se registrar em cadastro com identificação única, exceto entidades sem personalidade jurídica.
- II. Ficam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios obrigados a adaptar os sistemas autorizadores e aplicativos de emissão simplificada de documentos fiscais eletrônicos vigentes para utilização de leiaute padronizado, que permita aos contribuintes informar os dados relativos ao IBS e à CBS, necessários à apuração desses tributos.
- III. Os Municípios e o Distrito Federal ficam obrigados, a partir de 1º de janeiro de 2026, a autorizar seus contribuintes a emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica de padrão nacional (NFS-e) no ambiente nacional ou, na hipótese de possuir emissor próprio, facultar o compartilhamento dos documentos fiscais eletrônicos gerados, conforme leiaute padronizado, sendo preciso prévio consentimento por documento expresso.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

14 Sobre os ditames previstos na Lei Complementar nº 214/2025 sobre os regimes aduaneiros especiais, os regimes de bagagem, de remessas internacionais e de fornecimento de combustível para aeronaves em tráfego internacional, é correto afirmar o seguinte:

(A) observada a disciplina estabelecida na legislação aduaneira, fica suspenso o pagamento do IBS e da CBS na importação de bens destinados às atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos previstas na legislação específica, cuja permanência no País seja de natureza temporária, constantes de relação especificada no regulamento (Repetro-Temporário).

(B) no caso de bens admitidos temporariamente no País para utilização econômica, a suspensão do pagamento do IBS e da CBS será parcial, de 30% devendo ser pagos o IBS e a CBS proporcionalmente ao tempo de permanência dos bens no País, período que pode ser prorrogado uma vez.

(C) aplicam ao IBS e à CBS as modalidades de isenção e de restituição do regime aduaneiro especial de *drawback*.

(D) a plataforma digital, independentemente do seu domicílio civil no exterior, não é responsável pelo pagamento do IBS e da CBS relativos aos bens materiais objeto de remessa internacional cuja operação ou importação tenha sido realizada por seu intermédio.

(E) no caso do Regime de Fornecimento de Combustível para Aeronave em Tráfego Internacional, considera-se exportação o fornecimento de combustível ou lubrificante combinado com a prestação de serviço de abastecimento de aeronaves domésticas em tráfego nacional ou internacional, independentemente do destino.

15 Sobre a harmonização do IBS e da CBS é correto afirmar o seguinte:

(A) o Comitê Gestor do IBS, a RFB e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional atuarão com vistas a harmonizar normas, interpretações, obrigações acessórias e procedimentos relativos ao IBS e à CBS. Logo, os referidos órgãos poderão celebrar convênios exclusivos para fins de prestação de assistência mútua.

(B) o Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias será composto de 3 (três) representantes da RFB e 3 (três) representantes do Comitê Gestor do IBS, sendo 2 (dois) dos Estados ou do Distrito Federal e 2 (dois) dos Municípios ou do Distrito Federal.

(C) a harmonização do IBS e da CBS será garantida por três instâncias, quais sejam, o Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias, o Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias e, obrigatoriamente, por entidade da sociedade civil sem fins lucrativos devidamente qualificada, observando a participação popular nas decisões colegiadas.

(D) o Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias será composto de 4 (quatro) representantes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, indicados pela União, e 4 (quatro) representantes das Procuradorias, indicados pelo Comitê Gestor do IBS, sendo 2 (dois) Procuradores de Estado ou do Distrito Federal e 2 (dois) Procuradores de Município ou do Distrito Federal.

(E) enquanto o Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias regulamenta as atividades de uniformização das normas comuns ao IBS e CBS, o Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias representa judicialmente o Comitê Gestor.

16 Sobre o Imposto Sobre Bens e Serviços é correto afirmar o seguinte:

(A) sobre a fixação das alíquotas do IBS durante a transição, em relação aos fatos geradores ocorridos de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2028, o IBS será cobrado à alíquota estadual de 5% (cinco por cento) e à alíquota municipal de 0,02% (dois centésimos por cento).

(B) informado pelo Princípio da Neutralidade, o Imposto sobre Bens e Serviços incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços. Logo, este imposto pode evitar distorcer as decisões de consumo, independentemente da organização da atividade econômica.

(C) será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação. As alíquotas do IBS e da CBS sobre concursos de prognósticos são nacionalmente uniformes e correspondem à soma das alíquotas de referência das esferas federativas.

(D) incidirá também sobre a importação de bens materiais e imateriais, realizada por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja sujeito passivo habitual do imposto, assim como serviços prestados no exterior, cabendo o recolhimento ao Estado do domicílio do contribuinte ou responsável.

(E) considera-se ocorrido o fato gerador do IBS e da CBS no momento do fornecimento nas operações com bens ou com serviços, salvo as obrigações de execução continuada ou fracionada.

17 Sobre a disciplina jurídica do Comitê Gestor é correto afirmar o seguinte:

(A) na forma de lei complementar, o controle externo do Comitê Gestor será exercido pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

(B) o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) é entidade pública fundacional, com caráter técnico e operacional sob regime especial, com sede e foro no Distrito Federal, dotado de independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

(C) o Conselho Superior do CGIBS, instância máxima de deliberação do CGIBS, é composto por 27 (vinte e sete) membros e respectivos suplentes, representantes de cada Estado e do Distrito Federal, e 26 (vinte e seis) membros e respectivos suplentes, representantes do conjunto dos Municípios e do Distrito Federal.

(D) na forma da lei específica de cada ente federativo, as competências exclusivas das carreiras da administração tributária e das procuradorias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão exercidas, no Comitê Gestor e na representação deste, por servidores das referidas carreiras, dispensada a edição de lei complementar.

(E) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão de forma integrada, exclusivamente por meio do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, nos termos e limites estabelecidos na Constituição e em lei complementar, as competências administrativas relativas ao Imposto sobre Bens e Serviços, exceto decidir o contencioso administrativo.

18 Considerando as disposições legais da Lei Complementar nº 214/2025, é correto afirmar o seguinte:

(A) nas transações de pagamento relativas a operações com bens ou com serviços, os prestadores de serviços de pagamento eletrônico e as instituições operadoras de sistemas de pagamentos poderão segregar e recolher ao Comitê Gestor do IBS e à RFB, no momento da transação negocial (*split payment*), os valores do IBS e da CBS.

(B) em relação aos fatos geradores ocorridos de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, o IBS será cobrado mediante aplicação da alíquota estadual de 10% (dez por cento).

(C) o Imposto Seletivo incidirá uma única vez sobre o bem ou serviço, sendo permitido qualquer tipo de aproveitamento de crédito do imposto com operações anteriores ou geração de créditos para operações posteriores nos casos de aquisição de bens de uso e consumo pessoal evitando prejuízos à saúde.

(D) as operações com bens e com serviços realizadas por Sociedade Anônima do Futebol – SAF – não ficam sujeitas a regime específico do IBS e da CBS de acordo com o Regime de Tributação Específica do Futebol – TEF.

(E) Ato Conjunto do Ministério da Fazenda e do Comitê Gestor do IBS poderá prever que o valor do IBS e da CBS incidentes sobre o fornecimento de bens materiais para domiciliado ou residente no exterior, realizado no País durante permanência inferior a 90 (noventa) dias, será devolvido a este no momento em que ocorrer sua saída do território nacional.

19 Sobre repartição de receitas tributárias, é correto afirmar que

(A) pertencem aos Municípios 40% (quarenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e em relação a veículos aquáticos e aéreos cujos proprietários sejam domiciliados em seus territórios.

(B) pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 20% (vinte por cento) do produto da arrecadação, conjuntamente, do imposto residual e do empréstimo compulsório.

(C) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

(D) o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, criado com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e sociais, estabelece a entrega de recursos da União aos estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, sendo obrigatória a destinação de recursos para projetos de sustentabilidade.

(E) a União entregará, do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível, 19% (dezenove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, sempre que houver superávit arrecadatário, distribuídos na forma da lei.

20 O Estado do Pará destaca-se pela expressiva disponibilidade de bens naturais, como recursos minerais e hídricos, que exercem influência direta sobre sua dinâmica econômica. Nesse contexto, a tributação assume papel central como instrumento de arrecadação estatal. De acordo com a Constituição Federal e o Código Tributário Nacional, é correto afirmar que

(A) os combustíveis, o gás natural e a energia elétrica, para fins da incidência do ICMS, sejam considerados bens e serviços essenciais e indispensáveis que podem ser tratados como supérfluos, sendo que as alíquotas podem ser superiores às das operações em geral quando haja intervenção estatal.

(B) o ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do IOF, devido na operação de destino, e a alíquota mínima será de três por cento.

(C) incide imposto seletivo na produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar, e também incidirá sobre as exportações e operações com energia elétrica e telecomunicações na alíquota de 0,2%.

(D) não incidirá ICMS sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica, conforme determinação constitucional.

(E) os bens minerais não são incluídos na incidência do Imposto Seletivo, conforme rol previsto na Lei Complementar nº 214/2025.

21 Sobre a disciplina jurídica dos impostos no Sistema Tributário Nacional considere as seguintes afirmativas:

I. O Imposto de Importação e o Imposto de Exportação, de competência da União, são considerados impostos sobre o comércio exterior e possuem nítida função extrafiscal, podendo ser utilizados como instrumentos de política econômica e cambial.

II. O Imposto sobre Propriedade Territorial Rural tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localizado fora da zona urbana do Município. Conforme estabelecido pela Constituição Federal, será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.

III. A União poderá instituir a iminência ou, no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

IV. O imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos não incidirá sobre as transmissões e as doações para as instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas, exceto os institutos científicos e tecnológicos, observadas as condições estabelecidas em lei ordinária porque se caracteriza como hipótese de isenção.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) III e IV, apenas.

(D) IV, apenas.

(E) I, II e III, apenas.

22 Considerando as disposições legais sobre responsabilidade solidária, responsabilidade de terceiros e responsabilidade por infrações, é correto afirmar o seguinte:

(A) nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes.

(B) salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

(C) os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação. Na hipótese de arrematação em hasta pública, é facultado indicação do preço ou sobre o valor venal.

(D) o Código Tributário Nacional estabelece dispositivo expresso que determina a responsabilidade solidária e automática dos tributos devidos pelos pais, sendo preciso instaurar procedimento administrativo para fins de emancipação, momento a partir do qual o lançamento passará a ser feito em nome do contribuinte responsável.

(E) a responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, sempre que possível, do pagamento do tributo devido, da multa e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, independentemente de início de procedimento administrativo fiscalizatório.

23 Considere a seguinte situação hipotética:

A empresa Ômega é atuante no setor varejista com relevante atuação econômica na região norte. Ômega encontra-se em processo de recuperação judicial e, por decisão judicial, teve uma de suas filiais alienada, durante o regular rito procedimental. A filial foi adquirida pela empresa Sigma, que atua no mesmo ramo de atividade, mas não possui qualquer vínculo societário ou jurídico com a empresa alienante.

Sobre a responsabilidade tributária, é correto afirmar que

- (A) os tributos incidentes até a data da alienação passam a ser responsabilidade solidária entre Ômega e Sigma, sendo que o fisco pode cobrar de ambas, isolada ou conjuntamente.
- (B) os tributos incidentes até a data da alienação passam a ser de responsabilidade de Ômega e, passados seis meses da alienação, a empresa Sigma responderá limitada e em caráter subsidiário.
- (C) os tributos incidentes até a data da alienação permanecem sob a responsabilidade da empresa Ômega, não cabendo qualquer responsabilidade à empresa Sigma, porque a aquisição da filial ocorreu em processo de recuperação judicial.
- (D) os impostos incidentes até a data da alienação passam a ser de responsabilidade da Sigma, porém, as taxas relacionadas ao funcionamento e à fiscalização devem ser pagas pela Ômega.
- (E) os tributos incidentes até a data da alienação permanecerão em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de três anos, contado da data de alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos extraconcursais ou de créditos que preferem ao tributário.

24 Sobre a disciplina jurídica das taxas no Sistema Tributário Nacional, é correto afirmar que

- (A) o contribuinte tem a obrigação legal de realizar o pagamento de taxa referente ao serviço de iluminação pública cobrado mensalmente na conta de luz.
- (B) é dever do contribuinte pagar a taxa de serviços públicos específicos ou divisíveis decorrentes de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis cuja base de cálculo seja o valor venal do imóvel.
- (C) as taxas municipais de fiscalização e funcionamento não podem ter como base de cálculo o número de empregados ou o ramo de atividade exercida pelo contribuinte.
- (D) os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir taxas, na forma das respectivas leis, para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.
- (E) é constitucional lei estadual que dispõe sobre a cobrança de taxa de vistoria veicular para verificação de equipamentos de proteção contra incêndio.

25 Lei estadual instituiu taxa de utilização de serviços públicos de prevenção e combate a incêndios, busca, salvamento ou resgate em imóveis localizados no Estado, prestados ou postos à disposição pelo Corpo de Bombeiros Militar. Considerando os ditames legais e jurisprudenciais, pode-se afirmar que a lei estadual é

- (A) inconstitucional porque a instituição de taxa pela utilização dos serviços descritos envolve órgãos de segurança pública e, portanto, de natureza universal e indivisível.
- (B) inconstitucional por violar a competência da União para legislar, privativamente, sobre defesa civil.
- (C) constitucional no que se refere à competência legislativa material, porém, é inconstitucional no que se refere à competência estadual porque apenas os municípios podem instituir taxas de serviços desta natureza.
- (D) constitucional porque observa a competência dos Estados, porém, todos os serviços desempenhados pelos órgãos de segurança pública são universais (*utiuniversi*), ou seja, voltados indistintamente para toda a coletividade.
- (E) constitucional pela cobrança de taxas pela utilização, efetiva ou potencial, dos serviços públicos de prevenção e combate a incêndios, busca, salvamento ou resgate prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Corpo de Bombeiros Militar.

26 A entidade religiosa Três Corações é proprietária de um imóvel para suas finalidades essenciais e, também, celebrou um contrato de locação de uma parcela do imóvel para uma livraria comercial. Uma perícia contábil identificou e comprovou que a receita proveniente do aluguel é totalmente revertida para a manutenção das finalidades essenciais à instituição religiosa. O fisco municipal efetuou o lançamento de IPTU sobre a totalidade do imóvel. De acordo com os ditames legais e jurisprudenciais sobre o lançamento e a imunidade, é correto afirmar o seguinte:

(A) a imunidade tributária para templos de qualquer culto, prevista na Constituição, abrange o imóvel como um todo, desde que a renda obtida com o aluguel da parte comercial seja revertida para as finalidades essenciais da entidade, conforme entendimento do STF.

(B) a imunidade tributária incide apenas na parcela do imóvel efetivamente utilizada para as atividades religiosas, devendo o Fisco lançar o IPTU apenas na parcela do imóvel locado para a livraria, pois esta exerce atividade com fins lucrativos.

(C) considerando que a livraria exerce atividade empresarial, é a responsável tributária pelo pagamento do IPTU, sendo sua obrigação principal o pagamento do tributo e sua obrigação acessória a colaboração com o fisco na fiscalização tributária.

(D) a entidade religiosa deve solicitar a isenção do IPTU como responsável tributário na forma da lei em nome da livraria, já que a imunidade demanda procedimento administrativo, portanto, não é autoaplicável.

(E) como a entidade religiosa alugou uma parte do imóvel para a livraria, que tem fins lucrativos, resta descaracterizada automaticamente a imunidade tributária cuja função constitucional envolve a liberdade de crença e a proteção dos cultos religiosos.

27 Na realização da atividade fiscalizatória tributária, um contribuinte foi notificado de lançamento de ofício e impugnou a cobrança na esfera administrativa. No curso do processo, o contribuinte obteve uma medida liminar em mandado de segurança que determina a suspensão da exigibilidade do crédito. Considerando esta situação, analise as seguintes afirmativas:

I. A concessão de medida liminar em mandado de segurança é uma das hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário previstas no Código Tributário Nacional.

II. O depósito do montante integral do crédito tributário em juízo é uma forma de exclusão do crédito, impedindo que a Fazenda Pública o inscreva em dívida ativa.

III. Se o contribuinte realizar uma transação tributária, o crédito será suspenso até a quitação final do acordo, porém, não se dispensará o cumprimento das obrigações acessórias, conforme expressa disposição no Código Tributário Nacional.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II e III.

(C) III, apenas.

(D) I e II.

(E) I e III.

28 Sobre o Simples Nacional e a Lei Complementar nº 123/06, avalie as afirmativas abaixo:

I. As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional não farão jus à apropriação nem transferirão créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidos pelo Simples Nacional.

II. A microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional não deve apresentar anualmente à Secretaria da Receita Federal do Brasil declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais, que deverá ser disponibilizada aos órgãos de fiscalização tributária e previdenciária porque está dispensada das obrigações tributárias acessórias.

III. A fiscalização, no que se refere aos aspectos trabalhista, metrológico, sanitário, ambiental, de segurança, de relações de consumo e de uso e ocupação do solo das microempresas e das empresas de pequeno porte, deverá ser prioritariamente orientadora quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, apenas.

(E) II, apenas.

29 Sobre a Lei Complementar nº 214/2025, é correto afirmar o seguinte:

(A) o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) compõem a base de cálculo do IBS e da CBS pelo valor total apurado do tributo em fiscalização.

(B) o IBS e a CBS devidos na importação de bens materiais deverão ser pagos até a entrega dos bens submetidos a despacho para consumo, salvo quando esta ocorre antes da liberação dos bens pela autoridade aduaneira. Eventual diferença de tributos gerada pela antecipação do pagamento será cobrada do sujeito passivo em 30 (trinta) dias para efeitos de cálculo do IBS e da CBS, com a incidência de acréscimos moratórios.

(C) ficam reduzidas em 60% (sessenta por cento) as alíquotas do IBS e da CBS sobre operações relacionadas a projetos de reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística dos Municípios ou do Distrito Federal, a serem delimitadas por lei municipal ou distrital, observado o disposto sobre reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística de acordo com a legislação.

(D) ficam reduzidas em 20% (vinte por cento) as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre a prestação de serviços pelos profissionais que exercerem atividades intelectuais de natureza científica, literária ou artística, submetidas à fiscalização por conselho profissional, a exemplo de administradores e profissionais de educação física.

(E) desde que observadas as definições e demais disposições sobre regimes diferenciados para o IBS e CBS, ficam reduzidas em 50% (cinquenta por cento) as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre operações com bens e serviços relacionados à soberania e à segurança nacional, à segurança da informação e à segurança cibernética, dentre outros, serviços de educação.

30 De acordo com a Lei Complementar nº 214/2025, é/são operação/operações com bens e serviços, com alíquotas do IBS e da CBS reduzidas a zero:

(A) serviços prestados por Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) sem fins lucrativos.

(B) espetáculos teatrais, circenses e de dança diante do direito ao lazer.

(C) produtos de higiene pessoal e limpeza majoritariamente consumidos por famílias de baixa renda.

(D) profissionais de relações públicas em razão da proteção da liberdade de expressão.

(E) ensino de línguas nativas de povos originários em face da proteção constitucional da educação.

D7 - LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

31 Sobre os benefícios fiscais concedidos nos termos da Lei Complementar Federal nº 24/1975, considerada sua vigência atual, é correto afirmar que

(A) os convênios referidos pela Lei são necessários para que isenções e reduções de base de cálculo sejam concedidas, mas não para que isenções existentes no momento da promulgação da Lei fossem prorrogadas.

(B) os convênios ratificados obrigam apenas as Unidades da Federação que se tenham feito representar na reunião.

(C) os convênios são celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência do representante do Estado que promove a convocação.

(D) as reuniões se realizarão com a presença de representantes da unanimidade das Unidades da Federação.

(E) a concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime dos Estados representados; a sua revogação total ou parcial dependerá de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos representantes presentes.

32 Quanto ao ordenamento jurídico relacionado à concessão de incentivos fiscais em relação ao ICMS – Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação –, é correto afirmar que

(A) compete à Resolução do Senado Federal regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

(B) é possível que isenções, mesmo aquelas criadas sem autorização do CONFAZ, sejam reinstituídas, desde que seja assim deliberado em convênio celebrado nos termos da Lei Complementar Federal nº 24/1975, convênio este que pode ser aprovado e ratificado com o voto favorável de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das unidades federadas e 1/3 (um terço) das unidades federadas integrantes de cada uma das 5 (cinco) regiões do País, sem prejuízo de ter que atender a outras condicionantes previstas na Lei.

(C) os convênios a que se refere a Lei Complementar Federal nº 24/1975 devem dispor que a aplicação de suas cláusulas se dá uniformemente no território nacional.

(D) não são considerados incentivos fiscais, para os fins de necessidade de autorização do CONFAZ, os incentivos financeiro-fiscais concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus.

(E) a concessão unilateral de benefícios fiscais relativos ao ICMS, sem a prévia celebração de convênio intergovernamental, é admitida pela Constituição Federal de 1988, desde que esteja prevista em Lei estadual, no exercício da competência tributária, ademais observando o art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

33 A respeito da competência tributária do ICMS (Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) e do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), é correto afirmar o seguinte:

(A) ressalvadas as exceções expressas na lista anexa à Lei Complementar Federal nº 116/2003, os serviços referidos na lista são tributados apenas pelo ISSQN, não estando sujeitos ao ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

(B) os serviços de conserto e restauração de motores e elevadores estão sujeitos à incidência do ISSQN, inclusive quanto às peças empregadas.

(C) o serviço de recondicionamento de motores, por envolver preponderantemente o uso de partes e peças, fica sujeito integralmente à incidência do ICMS.

(D) no tocante às farmácias de manipulação, incide o ICMS sobre as operações envolvendo o preparo e o fornecimento de medicamentos encomendados para posterior entrega aos fregueses.

(E) a atividade de inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita), por se tratar de hipótese de serviço de comunicação, está sujeita à incidência do ICMS.

34 Observado o Código de direitos, garantias e obrigações do Contribuinte do Estado do Pará, é correto afirmar que

(A) é permitido à autoridade tributária fazer-se acompanhar de força policial nas ações fiscais, ainda que não tenha sofrido embargo ou desacato.

(B) os contribuintes têm direito à ampla defesa no âmbito administrativo, ainda que não seja garantida pela norma a dupla instância.

(C) os contribuintes têm dever de prestar informações, ainda que por requisição verbal da autoridade.

(D) é permitido à fiscalização, na hipótese de recusa da exibição de livros, lacrar os móveis ou depósitos em que possivelmente eles estejam, solicitando, em seguida, à autoridade administrativa a que estiver subordinada, as providências necessárias para que se faça a exibição judicial.

(E) o contribuinte tem direito de se comunicar com seu advogado ou entidade de classe quando sofrer ação fiscal, ocasião em que a ação fiscal fica sobrestada até o comparecimento do advogado ou representante classista.

35 Considere as seguintes afirmativas:

- I. A concessão de benefícios fiscais de ICMS – Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – dependerá sempre de decisão unânime dos Estados representados.
- II. No conflito de incidências entre ICMS (Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), deve prevalecer a lógica da Lei Complementar Federal nº 116/2003, segundo a qual incide apenas o ISSQN se o serviço está definido pela mencionada Lei Complementar como tributável por tal imposto, ainda que sua prestação envolva a utilização ou o fornecimento de bens, ressalvadas as exceções previstas na Lei; ou incide apenas o ICMS se a operação de circulação de mercadorias envolver serviço não definido pela mesma Lei Complementar.
- III. A Lei Complementar Federal nº 160/2017 perdoou os créditos tributários lançados em decorrência de benefícios fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal por legislação estadual publicada antes de 08/08/2017.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II, apenas.

36 Observada a disciplina do ICMS – Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação –, especialmente considerando o contido na Lei Complementar Federal nº 87/1996, é correto afirmar o seguinte:

- (A) o imposto incide sobre a entrada de mercadoria ou bem importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, desde que seja contribuinte habitual do imposto.
- (B) o imposto incide sobre a entrada, no território do Estado destinatário, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto ao Estado onde estiver localizado o adquirente.
- (C) é contribuinte do imposto a pessoa física ou jurídica que adquira em licitação mercadorias ou bens apreendidos ou abandonados, se o fizer com habitualidade ou intuito comercial.
- (D) nas operações que envolvem fornecimento de mercadoria com prestação de serviços, tributadas pelo ICMS, a base de cálculo do imposto é o valor da operação (nas hipóteses de serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios e com indicação expressa de incidência do imposto de competência estadual) ou o preço corrente da mercadoria fornecida ou empregada (nas situações de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios).
- (E) não se considera ocorrido o fato gerador do imposto na saída de mercadoria de estabelecimento para outro de mesma titularidade, mantendo-se o crédito relativo às operações e prestações anteriores em favor do contribuinte, inclusive nas hipóteses de transferências interestaduais em que os créditos serão assegurados pela unidade federada de origem, por meio de transferência de crédito, limitados aos percentuais estabelecidos nos termos do inciso IV do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, aplicados sobre o valor atribuído à operação de transferência realizada.

37 Sobre o ICMS – Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – e a disciplina das operações interestaduais no âmbito da Guerra Fiscal, é correto afirmar o seguinte:

(A) a inobservância dos comandos da Lei Complementar nº 24/1975 acarreta a nulidade do ato e a ineficácia do crédito fiscal atribuído ao estabelecimento recebedor da mercadoria.

(B) mediante convênio, aprovado e ratificado com o voto favorável da unanimidade das unidades federadas, os Estados e o Distrito Federal poderão deliberar sobre remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal por legislação estadual publicada até a data de início de produção de efeitos da Lei Complementar nº 160/2017.

(C) a remissão dos créditos tributários decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, na forma da Lei Complementar nº 160/2017, deve observar as restrições decorrentes da aplicação do art. 14 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

(D) cabe aos convênios do CONFAZ regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

(E) os Estados e o Distrito Federal divulgarão, em portal próprio, as informações necessárias ao cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, nas operações e prestações interestaduais, conforme o tipo, não se incluindo nesse portal as informações sobre benefícios fiscais ou financeiros e regimes especiais que possam alterar o valor a ser recolhido do imposto.

38 O art. 20 da Lei Complementar Federal nº 87/1996 assegura aos contribuintes do ICMS – Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – “o direito de creditar-se do imposto anteriormente cobrado em operações de que tenha resultado a entrada de mercadoria, real ou simbólica, no estabelecimento, inclusive a destinada ao seu uso ou consumo ou ao ativo permanente”. Relativamente aos créditos decorrentes de entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente, deverá ser observado o seguinte:

(A) a apropriação será feita à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no primeiro dia útil do terceiro mês subsequente ao que ocorrer a entrada no estabelecimento.

(B) na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de quatro anos contado da data de sua aquisição, será admitido, na data da alienação, o creditamento de todas as frações restantes.

(C) em cada período de apuração do imposto, não será admitido o creditamento (à razão de um quarenta e oito avos) em relação à proporção das operações de saídas isentas sobre a quantidade de saídas tributadas no mesmo período.

(D) ao final do quadragésimo oitavo mês contado da data da entrada do bem no estabelecimento, o saldo remanescente do crédito será cancelado.

(E) somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao ativo permanente do estabelecimento, nele entradas a partir de 1º de janeiro de 2033.

39 O art. 20 da Lei Complementar Federal nº 87/1996 assegura aos contribuintes do ICMS – Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – “o direito de creditar-se do imposto anteriormente cobrado em operações de que tenha resultado a entrada de mercadoria, real ou simbólica, no estabelecimento, inclusive a destinada ao seu uso ou consumo ou ao ativo permanente”. Sobre tais créditos, pode-se afirmar o seguinte:

(A) dão direito a crédito as entradas de mercadorias ou utilização de serviços resultantes de operações ou prestações isentas ou não tributadas.

(B) ao contribuinte é assegurado o direito de tomar e manter o crédito relativo a mercadoria que vier a perecer, deteriorar-se ou extraviar-se.

(C) somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento nele entradas a partir de 1º de janeiro de 2033.

(D) em relação aos créditos decorrentes de entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente, a apropriação será feita à razão de um doze avos por mês.

(E) somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao ativo permanente do estabelecimento nele entradas a partir de 1º de janeiro de 2033.

40 Os saldos credores acumulados do ICMS (Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação), referidos no art. 55-A da Lei Estadual nº 5.530/1989,

(A) poderão ser imputados pelo sujeito passivo a qualquer estabelecimento seu no Estado, sujeitando essa imputação à prévia autorização da pessoa titular da Secretaria de Estado da Fazenda.

(B) deverão ser apropriados à razão de um quarenta e oito avos por mês.

(C) deverão obedecer à proporção das operações de saídas ou prestações isentas ou não tributadas sobre o total das operações de saídas ou prestações efetuadas.

(D) poderão ser transferidos a outros contribuintes do mesmo Estado ou de outros Estados, desde que observados os critérios da legislação estadual.

(E) poderão ser transferidos, nas condições definidas em regulamento, a outros contribuintes do mesmo Estado.

41 Observada a disciplina do ICMS – Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – contida na Lei Estadual nº 5.530/1989, é correto afirmar o seguinte:

(A) ocorre fato gerador do imposto no momento da entrada física de mercadorias ou bens importados do exterior.

(B) ocorre fato gerador do imposto no momento da conclusão da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores.

(C) quando a isenção do imposto depender de condição a ser preenchida posteriormente, não sendo satisfeita, o Imposto será considerado devido no momento em que ocorrer a operação.

(D) o imposto incide sobre operações interestaduais relativas a energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização.

(E) o imposto incide sobre operações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário.

42 Observada a disciplina do ICMS – Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – contida na Lei Estadual nº 5.530/1989, é correto afirmar o seguinte:

(A) o montante do próprio imposto integra a base de cálculo, constituindo o respectivo destaque mera indicação para fins de controle.

(B) o valor dos descontos concedidos sob condição não integra a base de cálculo do imposto.

(C) o valor da demanda de potência não utilizada, na hipótese de fornecimento de energia elétrica por demanda contratada, integra a base de cálculo do imposto.

(D) nas operações e prestações interestaduais entre estabelecimentos de contribuintes diferentes, caso haja reajuste do valor depois da remessa ou da prestação, a diferença fica sujeita ao imposto no estabelecimento do destinatário ou tomador.

(E) o valor do frete, caso o transporte seja efetuado pelo próprio remetente ou por sua conta e ordem e seja cobrado em separado, não integra a base de cálculo.

43 Sobre a figura do sujeito passivo da obrigação tributária do ICMS – Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação –, consoante a Lei Estadual nº 5.530/1989, é correto afirmar que

(A) contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, exceto se as operações e as prestações se iniciarem no exterior.

(B) é também contribuinte a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial, adquira em licitação mercadorias ou bens apreendidos ou abandonados.

(C) é também contribuinte a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial, adquira combustíveis líquidos, oriundos de outros Estados, quando destinados à comercialização ou à industrialização.

(D) os condomínios e incorporadores não são responsáveis pelo pagamento do imposto e demais acréscimos legais, nas hipóteses e condições estabelecidas na Lei Estadual nº 5.530/1989.

(E) a pessoa que promova entrada de mercadoria importada do exterior responde subsidiariamente pelo pagamento do imposto, em caso de não pagamento do ICMS pelo devedor principal.

44 Sobre o Processo Administrativo Tributário, consoante Lei Estadual nº 6.182/98, é correto afirmar o seguinte:

- (A) a responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, apresentada por escrito à repartição fazendária que jurisdicionar o domicílio tributário do sujeito passivo, acompanhada, se for o caso, do pagamento ou parcelamento do tributo devido, inclusive os acréscimos decorrentes da mora.
- (B) a autoridade fiscal deverá lavrar termo de sujeição passiva solidária contra sócio e administradores na infringência à legislação tributária quando o valor do crédito tributário de sua responsabilidade for superior a 50.000 (cinquenta mil) Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará - UPF-PA.
- (C) a comunicação realizada pelo DEC – Domicílio Eletrônico do Contribuinte – será considerada editalícia para todos os efeitos legais e efetivada no dia em que o sujeito passivo ou procurador acessar eletronicamente o seu teor.
- (D) a impugnação será indeferida quando o sujeito passivo requerer parcelamento, desistir da impugnação administrativa ou propuser ação judicial que tenha o mesmo objeto da impugnação.
- (E) das decisões da Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários que derem à legislação interpretação divergente, cabe recurso de reconsideração ao Pleno, com efeito suspensivo.

45 O Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF – tem seu Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 3.578/1999, que estabelece o seguinte:

- (A) compete ao Pleno a solução nos expedientes de consulta.
- (B) compete à Presidência do TARF julgar o recurso de revisão, podendo delegar aos Vice-Presidentes.
- (C) compete aos Procuradores do Estado promover a ampla defesa dos interesses da Fazenda Estadual e emitir parecer, por escrito, com caráter opinativo, nos expedientes a serem submetidos a julgamento pelas Câmaras.
- (D) compete, embora não exclusivamente, a qualquer integrante de Câmara ou do Pleno, nos julgamentos, admitir e propor revisão de ofício.
- (E) o recurso interposto fora do prazo não será recebido.

46 Conforme Regulamento do ICMS – Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação –, aprovado pelo Decreto n.º 4.676/01, e alterações, o imposto incide sobre

- (A) operação de qualquer natureza decorrente de transferência, para a companhia seguradora, de bens móveis salvados de sinistro.
- (B) a saída de máquinas, equipamentos, veículos, ferramentas e objetos de uso de pessoa natural ou não-contribuinte do imposto, bem como suas partes e peças, para fins de lubrificação, limpeza, revisão, conserto, restauração ou recondicionamento.
- (C) operações de incorporação de veículos, máquinas, equipamentos, instalações, móveis e utensílios ao ativo permanente de pessoas jurídicas, destinadas à realização de capital social subscrito.
- (D) o fornecimento de refeições em hotéis, motéis, pensões e congêneres, sempre que o respectivo valor estiver incluído no preço da diária ou mensalidade.
- (E) a saída interna e interestadual de bem desincorporado do ativo permanente, até 12 (doze) meses da data da incorporação.

47 O RICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676/01, coloca que “Os benefícios fiscais do imposto serão concedidos ou revogados nos termos da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, por meio de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal”, ademais estipulando o seguinte:

- (A) o crédito presumido é um benefício fiscal utilizado somente no momento da apuração do imposto, no livro Registro de Apuração de ICMS, sem prejuízo dos demais créditos fiscais.
- (B) os benefícios fiscais aplicáveis à circulação de mercadoria abarcam a prestação de serviço de transporte com ela relacionada.
- (C) os convênios de natureza autorizativa somente produzirão efeitos após sua integração à legislação tributária do Estado.
- (D) uma vez que o acessório segue o principal, a isenção da obrigação tributária principal dispensa o contribuinte do cumprimento das obrigações tributárias acessórias.
- (E) o benefício da manutenção do crédito fiscal, nas hipóteses de operações ou prestações com isenção ou redução de base de cálculo, alcança todos os créditos regularmente apropriados, incluindo os correspondentes ao ativo imobilizado e ao material de uso e consumo.

48 Sobre o recolhimento do ICMS, consoante disposto no RICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676/01, pode-se afirmar que o imposto deve ser recolhido no ato da entrada em território paraense

(A) quando a retenção do imposto tiver sido feita a menor, unicamente por não terem sido incluídos, na base de cálculo, os valores referentes a frete, seguro ou outro encargo, em virtude de não serem esses valores conhecidos pelo sujeito passivo por substituição no momento da emissão do documento fiscal.

(B) quando se tratar de diferencial de alíquotas de operações e prestações interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS neste Estado.

(C) no caso de mercadorias sujeitas ao regime de antecipação do ICMS, destinadas a contribuinte que esteja na situação de ativo não regular.

(D) quando se tratar de serviço de transporte rodoviário de cargas.

(E) quando se tratar de importação de mercadoria do exterior.

49 Considere as seguintes afirmativas:

I. Dentre as hipóteses válidas de base de cálculo do ICMS para fins de retenção do imposto pelo responsável por substituição, relativamente às operações subsequentes, está a de preço final a consumidor sugerido pelo fabricante ou pelo importador.

II. Dentre as hipóteses válidas de tomada de crédito relativo às entradas de bens ou mercadorias, está a de aquisição efetuada com recolhimento do imposto por antecipação ou substituição tributária.

III. Não se exige o estorno ou a anulação do crédito fiscal relativo às entradas de matérias-primas, material secundário, produtos intermediários e material de embalagem, bem como relativo às aquisições de energia elétrica e aos serviços prestados por terceiros, para integração ou consumo em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída do produto resultante for para o exterior.

IV. Na saída de bem ou mercadoria em transferência para outro estabelecimento do mesmo titular, alcançada por não incidência do imposto, o crédito relativo às operações e prestações anteriores deverá ser estornado pelo contribuinte.

São verdadeiras as afirmativas

(A) I e II, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) III e IV, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) II, III e IV apenas.

50 Observado o RICMS/PA, aprovado pelo Decreto n.º 4.676/01, considere as seguintes afirmativas:

I. Para os fins do RICMS/PA, considera-se brinde ou presente a mercadoria que, embora constituindo objeto normal da atividade do contribuinte, tiver sido adquirida para distribuição gratuita a consumidor ou a usuário final.

II. A empresa de telecomunicação, relativamente à sua área de atuação no território paraense, deverá manter todos os seus estabelecimentos inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS, assim considerados os locais onde exercer sua atividade.

III. No transporte multimodal, o Conhecimento de Transporte Multimodal de Cargas – CTMC – será emitido pelo preço total do serviço e o imposto recolhido à unidade da Federação onde se iniciar a prestação do serviço.

IV. Ao devolver mercadorias que tenham entrado no estabelecimento, a qualquer título, o contribuinte ou a pessoa obrigada à emissão de Nota Fiscal emitirá este documento, com destaque do imposto, se for o caso, para dar curso às mercadorias, no trânsito, e possibilitar a utilização do crédito fiscal pelo estabelecimento de origem, quando admitido.

São verdadeiras as afirmativas

(A) I e II, apenas.

(B) II, III e IV, apenas.

(C) III e IV, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) II e III, apenas.

51 A respeito do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA –, tratado na Lei Estadual nº 6.017/1996, é correto afirmar o seguinte:

- (A) em relação a veículo importado diretamente do exterior por consumidor final, o fato gerador ocorre no dia 1º de janeiro do ano seguinte à importação.
- (B) em se tratando de veículo de propriedade de empresa locadora que foi registrado anteriormente em outro Estado, o fato gerador ocorre na data em que vier a ser locado ou colocado à disposição para locação no território paraense.
- (C) há incidência do IPVA em relação aos veículos automotores caracterizados como máquinas agrícolas.
- (D) quando se tratar da primeira aquisição do veículo por consumidor final, junto ao fabricante, revendedor ou importador, a base de cálculo do tributo é o valor divulgado em tabelas elaboradas pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda.
- (E) a existência de crédito tributário oriundo do IPVA, em relação a veículo automotor, não impede o sujeito passivo devedor de promover a alienação ou oneração do veículo.

52 Sobre o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD – e sua normatização pela Lei Estadual nº 5.529/1989, pode-se afirmar o seguinte:

- (A) é isenta de ITCMD a aquisição, por transmissão "Causa Mortis", de imóvel destinado exclusivamente à morada do cônjuge supérstite, herdeiros ou legatários, desde que o "de cujus", o cônjuge supérstite, o herdeiro e o legatário não possuam outro imóvel.
- (B) em se tratando de transmissão "Causa Mortis" de bem ou direito indivisível, ocorrerá um único fato gerador, independentemente do número de herdeiros, legatários, donatários ou usufrutuários.
- (C) o ITCMD não atinge a partilha de bens da sociedade conjugal e da união estável, sobre o montante que exceder à meação.
- (D) nas doações, o contribuinte do ITCMD é o doador dos bens ou direitos.
- (E) a base de cálculo do ITCMD será, no caso de transmissão de quotas do capital de sociedade, o valor apresentado pelo contribuinte em declaração, podendo a Fazenda Pública rejeitar o valor declarado, mediante despacho fundamentado.

53 Observando a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – TFRM –, regida pela Lei Estadual nº 7.591/2011, e a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos – TFRH –, é correto afirmar o seguinte:

- (A) a TFRM remunera o serviço público de apoio estatal às atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento, realizada no Estado, dos recursos minerários.
- (B) para fins de definição do valor de TFRM a pagar, o contribuinte levará em consideração todo o minério extraído, sem depuração.
- (C) a TFRH remunera o serviço público de apoio estatal às atividades de exploração e aproveitamento de recursos hídricos em território paraense.
- (D) o valor da TFRH, no caso de utilização de recursos hídricos para fins de aproveitamento hidroenergético, será estipulado em valor fixo mensal, conforme regulamentação.
- (E) tanto na TFRM quanto na TFRH, a Autoridade lançadora poderá arbitrar o valor da Taxa, mediante processo regular, quando forem omissos ou não mereçam fé as declarações ou os documentos emitidos pelo contribuinte.

54 O RICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676/01, coloca que "constitui infringência relativa ao ICMS a inobservância de qualquer disposição contida na legislação deste imposto", ademais estipulando que

- (A) a responsabilidade por infração relativa ao ICMS não depende da intenção do agente ou beneficiário, mas depende da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
- (B) respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que tenham concorrido, de qualquer forma, para a sua prática, ou que dela se tenham beneficiado.
- (C) será considerado idôneo o documento fiscal que for emitido por contribuinte no período em que se encontrar com sua inscrição suspensa.
- (D) o pagamento da multa não exime o infrator da obrigação de reparar os danos resultantes da infração, mas afasta a necessidade de cumprimento das exigências regulamentares que a tiverem determinado.
- (E) são nulos os atos e termos lavrados por pessoa incompetente e a nulidade do ato prejudica todos os atos posteriores direta ou indiretamente a ele relacionados.

55 Considerando as normas do RICMS/PA, aprovado pelo Decreto n.º 4.676/01, a respeito da Fiscalização Tributária, considere as seguintes afirmativas:

- I. Estão sujeitos à apreensão, como meio de prova material de infração à legislação tributária, as mercadorias encontradas em local diverso do indicado na documentação fiscal.
- II. Havendo prova ou fundada suspeita de que as mercadorias ou os bens em situação irregular encontram-se em residência particular ou estabelecimento de propriedade de terceiro, a Fiscalização poderá promover busca e apreensão mediante autorização da chefia do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização - Grupo TAF, sem prejuízo das medidas necessárias, para evitar a sua remoção clandestina.
- III. Os bens móveis apreendidos e cuja liberação não for providenciada após 90 (noventa) dias da data da apreensão serão considerados abandonados e podem ser leiloados; a liberação das mercadorias apreendidas poderá ser promovida até a data da publicação do edital de leilão no Diário Oficial do Estado, desde que o interessado deposite importância equivalente ao valor do imposto devido, da multa aplicável, dos acréscimos moratórios e das despesas de apreensão.
- IV. Verificada pelo fisco qualquer infração à legislação tributária, será lavrado o respectivo Auto de Infração e Notificação Fiscal – AINF. O AINF deve se fazer acompanhar de Termo de Início de Fiscalização ou de Termo de Apreensão anteriormente lavrados. Contudo, é dispensável a lavratura de Ordem de Serviço, Termo de Início de Fiscalização e Termo de Conclusão, bem como Termo de Apreensão, quando o AINF for lavrado em decorrência de irregularidade relativa à prestação do serviço de transporte, constatada no trânsito de mercadorias.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

D8 - CONTABILIDADE GERAL

56 A comercial Tucunaré na Brasa Ltda, no primeiro trimestre de 2025, apresentou as seguintes informações referentes a sua operacionalização: vendas brutas de mercadorias no valor de R\$ 1.200.000,00; abatimentos obtidos na compra de mercadorias no valor de R\$ 60.000,00; comissões sobre vendas no valor de R\$ 24.000,00; PIS sobre o faturamento no valor de R\$ 7.800,00; COFINS sobre faturamento no valor de R\$ 36.000,00; ICMS sobre vendas no valor de R\$ 228.000,00; descontos incondicionais concedidos R\$ 96.000,00; despesas administrativas no valor de R\$ 180.000,00; pagamento de frete na aquisição de mercadorias no valor de R\$ 12.000,00; compra de mercadorias no valor de R\$ 400.000,00 com ICMS incluso no valor de R\$ 48.000,00. A Tucunaré na Brasa Ltda ainda apresentou um saldo inicial de mercadorias no valor de R\$ 320.000,00 e um saldo final de R\$ 110.000,00. A partir dessas informações, a apuração de resultados do primeiro trimestre da Tucunaré na Brasa Ltda apresentou um lucro líquido de

- (A) R\$ 54.200,00.
- (B) R\$ 114.200,00.
- (C) R\$ 66.200,00.
- (D) R\$ 18.200,00.
- (E) R\$ 228.200,00.

RASCUNHO

57 A escola de samba Acadêmicos do Grão-Pará, entidade sem fins lucrativos constituída sob a forma de associação, iniciou sua preparação para o carnaval de 2025 no mês de janeiro, apresentando, em 01/01/2025, saldo de caixa de R\$ 8.000,00. Durante o primeiro trimestre de 2025 ocorreram os seguintes fatos:

1. Em 02/01/2025, foi assinado o contrato de aluguel de um barracão onde serão realizados os ensaios da bateria, das passistas e do casal de mestre sala e porta bandeira pelo valor de R\$ 6.000,00, pagos 50% na assinatura do contrato e o restante em 31/03/2025. O contrato prevê seis parcelas iguais e mensais de competência, referentes aos meses de janeiro a junho de 2025.
2. Em 04/01/2025, foi contratada uma equipe de trabalho envolvendo o diretor de carnaval e o mestre de bateria com dois auxiliares, pelo valor total de R\$ 9.000,00. O serviço será prestado ao longo de seis meses, com competência mensal uniforme entre janeiro e junho de 2025, e o pagamento acompanhará a competência do fato gerador.
3. Em 31/01/2025, foram reconhecidas contabilmente as despesas correspondentes ao primeiro mês de uso do barracão e da prestação dos serviços da equipe de trabalho.
4. Em 20/02/2025, a escola recebeu da Fundação de Cultura FUNBEL o montante de R\$ 15.000,00, a título de subvenção antecipada, destinada exclusivamente às apresentações oficiais da escola nas programações da prefeitura durante o carnaval, a serem realizadas em março de 2025.
5. Em 28/02/2025, procedeu-se ao reconhecimento das despesas referentes ao segundo mês de uso do barracão e da atuação da equipe de trabalho.
6. Em 31/03/2025, foram reconhecidas as despesas correspondentes ao terceiro mês de uso do barracão e dos serviços da equipe de trabalho, bem como o reconhecimento integral da receita relativa às apresentações realizadas no carnaval.

Considerando que não ocorreram outros fatos além dos descritos e a subvenção recebida somente gera receita quando cumprida a finalidade acordada, pode-se dizer que os resultados econômico e financeiro apurados pela Acadêmicos da Grão-Pará ao final de 31/03/2025 foram, respectivamente, de

- (A) R\$ 10.000,00 positivo e R\$ 9.000,00 positivo.
- (B) R\$ 10.500,00 positivo e R\$ 12.500,00 negativo.
- (C) R\$ 8.000,00 positivo e R\$ 23.000,00 positivo.
- (D) R\$ 8.500,00 positivo e R\$ 22.500,00 negativo.
- (E) R\$ 7.500,00 positivo e R\$ 14.000,00 positivo.

58 No segundo semestre de 2025, a escola de samba Acadêmicos do Tacacá, que adota a escrituração contábil com base nas normas brasileiras de contabilidade aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro, para manter suas atividades carnavalescas fora de época, incorreu em alguns fatos contábeis:

- Reconhecimento de receitas decorrentes de serviços já prestados, cujo recebimento financeiro ocorrerá apenas em período subsequente.
- Reconhecimento de despesas referentes a serviços efetivamente consumidos no período, ainda que não tenham sido pagos até o encerramento do mês.
- Recebimento antecipado de recursos vinculados à realização de eventos a ocorrerem em data posterior.
- Pagamento antecipado de despesas relativas a serviços que serão executados parcialmente em períodos futuros.

Ao final do mês, observou-se que o resultado econômico apurado não coincidiu com a variação do saldo de caixa no mesmo período. Com base nas informações apresentadas e nos conceitos contábeis aplicáveis, pode-se afirmar que

- (A) o reconhecimento de despesas incorridas, ainda que não pagas, afeta o resultado econômico do período, mas não altera o saldo de caixa apurado no mesmo intervalo temporal.
- (B) a divergência entre o resultado econômico e a variação do caixa indica erro na escrituração, pois, em condições normais, ambos devem apresentar valores equivalentes ao final do período.
- (C) o reconhecimento de receitas apenas quando do ingresso financeiro é compatível com o regime de competência, desde que os recursos estejam vinculados a eventos futuros.
- (D) a inexistência de desembolso financeiro no período impede o reconhecimento de despesas, ainda que os serviços tenham sido efetivamente consumidos.
- (E) o recebimento antecipado de recursos gera, necessariamente, aumento simultâneo do resultado econômico e do caixa, independentemente da execução dos serviços correspondentes.

59 A Cia Castanhal S/A, ao elaborar suas demonstrações contábeis, procurou atender de forma integral aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). No encerramento do exercício de 2025, a administração da Cia analisava o tratamento contábil de um contrato que envolvia: a) a utilização de um ativo identificado ao longo de um determinado período, b) contraprestações fixas e variáveis vinculadas ao uso desse ativo, e c) a inexistência de transparência da propriedade jurídica ao término do contrato.

Durante a discussão, surgiram interpretações divergentes quanto ao reconhecimento, mensuração e apresentação dos efeitos desse contrato nas demonstrações contábeis da Cia Castanhal S/A, especialmente quanto a identificação do ativo e do passivo associado à operação.

Desta forma, de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC aplicáveis e de seus princípios fundamentais, pode-se afirmar que

(A) a inexistência de transferência da propriedade jurídica do bem ao final do contrato impede o reconhecimento de qualquer ativo pela Cia Castanhal S/A, devendo as contraprestações serem reconhecidas integralmente como despesa no resultado do período.

(B) a análise da operação deve priorizar a essência econômica do contrato, podendo resultar no reconhecimento de ativo e passivo pela Cia Castanhal S/A, ainda que a propriedade jurídica do bem permaneça com o fornecedor.

(C) a identificação de pagamentos variáveis associados ao contrato descaracteriza a existência de ativo controlado pela Cia Castanhal S/A, afastando a aplicação de pronunciamentos que tratem do reconhecimento de ativos e passivos relacionados ao uso de bens.

(D) a ausência de cláusula de opção de compra ao final do contrato obriga o tratamento contábil da operação como mera prestação de serviços, independentemente da existência de ativo identificado.

(E) a classificação do contrato depende exclusivamente da intenção da administração quanto à permanência do bem na Cia Castanhal S/A, sendo irrelevantes os direitos e obrigações previstos contratualmente.

60 Ao analisar a contabilidade da Cia Parauapebas S/A, surgiram dúvidas quanto à classificação de alguns fatos contábeis que provocaram variações no patrimônio da Cia. Dentre esses fatos destacam-se:

1) A Cia Parauapebas S.A renegociou uma dívida bancária de curto prazo no valor de R\$ 500.000,00, convertendo-a em um financiamento de longo prazo. No processo, pagou R\$ 20.000,00 de despesas bancárias à vista, que foram capitalizadas como custo da operação financeira a apropriar.

2) Após fiscalização tributária, a Cia Parauapebas S.A obteve decisão administrativa favorável que reconheceu o direito à restituição de ICMS pago indevidamente em exercícios anteriores no valor de R\$ 320.000,00, com atualização monetária de R\$ 45.000,00.

3) A Cia Parauapebas S.A reconhece provisão para contingência trabalhista no valor de R\$ 300.000,00, após mudança na jurisprudência e parecer jurídico indicando perda provável. O valor refere-se a ações ajuizadas em exercícios anteriores.

No momento da ocorrência desses fatos e de seguidas escriturações contábeis, pode-se dizer que estes deveriam ser classificados, respectivamente, como

(A) misto diminutivo, misto aumentativo e modificativo diminutivo.

(B) misto aumentativo, modificativo aumentativo e permutativo.

(C) modificativo diminutivo, permutativo e misto diminutivo.

(D) modificativo aumentativo, misto diminutivo e modificativo diminutivo.

(E) permutativo, modificativo aumentativo e modificativo diminutivo.

RASCUNHO

61 A empresa Peixe Boi Ltda, do setor de tecnologia, incorreu, ao longo de dois exercícios sociais consecutivos, em gastos relacionados ao desenvolvimento de uma nova plataforma digital própria. No primeiro exercício, os gastos envolveram estudos de viabilidade técnica, análise de mercado e definição de funcionalidades. No segundo exercício, após a conclusão bem-sucedida dos testes de viabilidade, a empresa Peixe Boi Ltda iniciou a programação definitiva do sistema, obteve financiamento aprovado para sua conclusão e demonstrou capacidade técnica e intensão de uso interno da plataforma.

Considerando as disposições do CPC 04 (R1) – Ativo Intangível –, quanto ao tratamento contábil desses gastos e as consequências posteriores para o ativo reconhecido, pode-se dizer que

(A) os gastos do primeiro exercício devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos, enquanto os do segundo exercício podem ser capitalizados como ativo intangível, desde que atendidos cumulativamente os critérios de reconhecimento previstos.

(B) todos os gastos incorridos nos dois exercícios devem ser capitalizados como ativo intangível, desde que a entidade demonstre expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

(C) os gastos incorridos no primeiro exercício devem ser capitalizados como ativo intangível, enquanto os do segundo exercício devem ser reconhecidos como despesa, em razão da ausência de mercado ativo para a plataforma.

(D) os gastos do segundo exercício somente poderão ser capitalizados se a entidade optar pelo modelo de reavaliação após o reconhecimento inicial do ativo intangível.

(E) os gastos capitalizados no segundo exercício devem ser amortizados desde o momento de seu reconhecimento inicial, independentemente de a plataforma estar disponível para uso.

62 A Cia Moju S.A elaborou suas demonstrações contábeis em 31/12/2025 em conformidade com o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. No período, ocorreram os seguintes fatos contábeis, todos devidamente reconhecidos pelo regime de competência:

a. reconhecimento de ganhos atuariais decorrentes de plano de benefício definido, registrados em outros resultados abrangentes;

b. reclassificação, para o resultado do exercício, de valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes, acumulados no patrimônio líquido, em razão da baixa de ativo financeiro;

c. pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas;

d. reconhecimento de provisão relevante para contingência judicial classificada no passivo não circulante.

Considerando os critérios de apresentação, estrutura, consistência, materialidade, não compensação e inter-relação entre as demonstrações contábeis, conforme disposto no CPC 26 (R1), considere as assertivas a seguir:

I. Os ganhos atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser apresentados na Demonstração do Resultado Abrangente e, cumulativamente, evidenciados como variação do patrimônio líquido na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

II. A reclassificação, para o resultado do exercício, de valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes implica redução do saldo acumulado no patrimônio líquido e deve ser evidenciada na Demonstração do Resultado, não sendo necessária a evidenciação na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

III. O pagamento de dividendos obrigatórios constitui transação com os proprietários e deve ser evidenciado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, produzindo também efeitos no Balanço Patrimonial.

IV. O reconhecimento de provisão relevante para contingência judicial classificada no passivo não circulante afeta o Balanço Patrimonial e o Resultado do Exercício, não gerando impacto imediato na Demonstração dos Fluxos de Caixa no momento do reconhecimento inicial.

Estão corretas as assertivas

(A) I e II, apenas.

(B) I, II e III, apenas.

(C) I, II e IV, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

63 A contadora Sra. Maria Paraense, com registro ativo do Conselho Regional de Contabilidade do Pará, presta serviços à Cia Moju S/A. Para a elaboração das demonstrações contábeis do exercício de 2025, a referida contadora precisou realizar um curso de capacitação no qual teve como base o CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis. Com base no aprendizado da Sra. Maria Paraense referente ao CPC 26 (R1), considere as seguintes afirmativas sobre as notas explicativas:

- I. As notas explicativas devem apresentar informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e das políticas contábeis específicas utilizadas, bem como prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, mas que seja relevante para sua compreensão.
- II. Cada item das demonstrações contábeis deve ter referência cruzada com a respectiva informação apresentada nas notas explicativas, devendo essas notas ser apresentadas, tanto quanto seja praticável, de forma sistemática.
- III. A entidade deve apresentar informações comparativas em relação ao período anterior para todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, exceto quando um Pronunciamento Técnico, Interpretação ou Orientação do CPC permitir ou exigir de outra forma.
- IV. Quando a entidade altera a apresentação ou a classificação de itens nas demonstrações contábeis, deve reapresentar a informação comparativa, salvo quando tal reapresentação não for praticável, caso em que deve divulgar esse fato nas notas explicativas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

64 Em 31/12/2025, o contador da Comercial Portel Ltda, com o objetivo de elaborar o balanço patrimonial, solicitou um relatório dos saldos das contas patrimoniais. O sistema contábil utilizado pela empresa gerou as seguintes informações, contidas no relatório:

1. Saldo devedor na conta corrente da empresa no valor de R\$ 196.000,00.
2. Estoque final de mercadorias no valor de R\$ 90.000,00.
3. Dividendos pagos antecipadamente aos sócios no valor de R\$ 100.000,00.
4. Capital subscrito no valor de R\$ 640.000,00 e integralizado no valor de R\$ 520.000,00.
5. Compromissos assumidos com fornecedores no valor de R\$ 70.000,00.
6. Impostos ainda não pagos ao fisco estadual no valor de R\$ 23.000,00.
7. Capital em espécie disponível para utilização no valor de R\$ 103.000,00.
8. Inventário de móveis e utensílios no valor de R\$ 80.000,00.
9. Registro dos desgastes dos móveis e utensílios no valor de R\$ 16.000,00.
10. Pagamento de contratos de seguros no valor de R\$ 60.000,00, que se realizarão a partir de janeiro de 2026.

Sabendo que estas foram as únicas informações para o contador elaborar o balanço patrimonial, é correto afirmar que

- (A) o ativo não circulante resultou em R\$ 100.000,00.
- (B) o passivo total resultou em R\$ 733.000,00.
- (C) o patrimônio líquido resultou em R\$ 520.000,00.
- (D) o passivo exigível resultou em R\$ 153.000,00.
- (E) não foi possível elaborar o balanço patrimonial, pois o ativo resultou num total diferente do passivo.

RASCUNHO

65 A Cia Tailândia S.A, sociedade anônima de capital aberto, que trabalha com a produção de óleo de dendê, apurou no final do exercício social de 2025 as seguintes informações:

- Receitas das vendas de óleo de dendê: R\$ 1.200.000,00.
- Insumos adquiridos de terceiros (matérias-primas, energia e serviços): R\$ 500.000,00.
- Depreciação, amortização e exaustão: R\$ 120.000,00.
- Valor adicionado recebido em transferência: R\$ 80.000,00.

Distribuição do valor adicionado:

- Empregados: R\$ 300.000,00
- Governo (tributos): R\$ 220.000,00
- Remuneração de capitais de terceiros: R\$ 100.000,00.

Considerando o disposto na Lei nº 6.404/1976, com redação dada pela Lei nº 11.638/2007 e o CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado –, é correto afirmar que

(A) o valor adicionado total a distribuir corresponde a R\$ 580.000,00, obtido pela dedução dos insumos adquiridos de terceiros das receitas de vendas.

(B) o valor adicionado gerado pela entidade corresponde a R\$ 580.000,00, e o valor adicionado total a distribuir corresponde a R\$ 660.000,00.

(C) a depreciação, amortização e exaustão devem ser deduzidas na etapa de distribuição do valor adicionado, por representarem remuneração do capital próprio.

(D) o valor adicionado recebido em transferência integra a formação do valor adicionado gerado pela entidade, devendo ser somado às receitas de vendas.

(E) a Demonstração do Valor Adicionado é facultativa às companhias abertas, desde que apresentada a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

66 A empresa Altamira S.A possui participação societária na empresa Breves Ltda, estando exposta a resultados positivos e negativos decorrentes do desempenho dessa investida. O acordo societário entre as partes estabelece que determinadas decisões operacionais e financeiras consideradas atividades relevantes da Breves Ltda podem ser dirigidas por meio de direitos previstos contratualmente, os quais podem ou não ser exercidos, a depender de sua natureza. Além disso, alguns desses direitos têm como finalidade principal proteger o investimento da Altamira S.A em situações específicas.

Considerando os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) para a identificação do controle e, conseqüentemente, para a obrigatoriedade de consolidação, considere as assertivas a seguir:

I. Caso a Altamira S.A detenha direitos existentes que lhe confirmam a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da Breves Ltda, ainda que tais direitos não tenham sido exercidos até o momento, ela poderá ser considerada controladora, desde que esses direitos sejam substantivos.

II. A simples exposição da Altamira S.A a retornos variáveis provenientes de seu envolvimento com a Breves Ltda é suficiente para caracterizar o controle, independentemente de sua capacidade de utilizar poder para influenciar tais retornos.

III. Se os direitos detidos pela Altamira S.A forem classificados apenas como direitos de proteção, ainda que ela esteja exposta a retornos variáveis relevantes da Breves Ltda, tais direitos não lhe conferem poder, afastando a caracterização do controle.

IV. Para que a Altamira S.A seja considerada controladora da Breves Ltda, é necessário que estejam presentes, simultaneamente, o poder sobre a investida, a exposição a retornos variáveis e a capacidade de utilizar esse poder para afetar os retornos decorrentes de seu envolvimento com a Beta Ltda.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

67 A companhia Grupo Oriximiná S.A controla integralmente a empresa Bragança Tecnologia Ltda e, ao elaborar suas demonstrações contábeis consolidadas, identifica diferenças relevantes entre políticas contábeis adotadas pelas entidades do grupo, datas base distintas das demonstrações individuais e a existência de participação de não controladores em outra controlada do grupo. Além disso, durante o processo de consolidação, são identificados saldos e transações intragrupo relevantes.

Considerando os requisitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3), especialmente no que se refere aos procedimentos de consolidação, é correto afirmar que

(A) nas demonstrações consolidadas do Grupo Oriximiná S.A, os resultados decorrentes de transações intragrupo podem ser mantidos quando estiverem reconhecidos em ativos, como estoques e ativos imobilizados, desde que tais resultados não sejam considerados relevantes para a posição patrimonial e financeira do grupo.

(B) para fins de consolidação, é facultado ao Grupo Oriximiná S.A manter políticas contábeis distintas entre a controladora e suas controladas, desde que tais diferenças sejam divulgadas em notas explicativas às demonstrações consolidadas.

(C) os ativos, passivos, receitas e despesas das controladas devem ser incluídos nas demonstrações consolidadas com base nos valores reconhecidos nas demonstrações individuais, sendo vedado qualquer ajuste de mensuração para fins de consolidação.

(D) os lucros, prejuízos e os demais componentes do resultado abrangente devem ser atribuídos em sua totalidade aos proprietários da controladora sempre que a atribuição às participações de não controladores resultar em saldo deficitário no patrimônio líquido dessas participações.

(E) as demonstrações consolidadas do Grupo Oriximiná S.A devem ser elaboradas com base em demonstrações das entidades do grupo na mesma data ou ajustadas por eventos relevantes entre datas distintas, devendo a participação de não controladores ser apresentada separadamente no patrimônio líquido.

68 A Cia Medicilândia S.A detém participação societária na Cia Uruará S.A, classificada como coligada. Em exercícios anteriores, a Cia Medicilândia S.A reconheceu, em outros resultados abrangentes, valores decorrentes de variações patrimoniais da Cia Uruará S.A que, na hipótese de baixa ou liquidação dos ativos ou passivos relacionados, seriam reclassificados para a demonstração do resultado.

No exercício de 2024, a Cia Medicilândia S/A. reduziu parcialmente sua participação societária na Cia Uruará S.A, mantendo, entretanto, a classificação do investimento como coligada.

Com base, exclusivamente, no CPC 18 (R3), o tratamento contábil adequado a ser adotado pela Cia Medicilândia S/A, em razão dessa redução de participação societária, é o seguinte:

(A) a Cia Medicilândia S.A deve reclassificar, para a demonstração do resultado, a parcela dos valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes, relacionada à redução da participação societária, quando tais valores estiverem associados a ativos ou passivos cuja baixa ou liquidação implicaria reclassificação para o resultado.

(B) a Cia Medicilândia S.A deve manter integralmente em outros resultados abrangentes os valores previamente reconhecidos, uma vez que a redução da participação societária não altera a classificação do investimento como coligada.

(C) a Cia Medicilândia S.A deve reconhecer, no resultado do período, a totalidade dos valores acumulados em outros resultados abrangentes relacionados à investida, independentemente da proporção da participação reduzida.

(D) a Cia Medicilândia S.A deve ajustar diretamente o patrimônio líquido pelos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes, sem trânsito pela demonstração do resultado.

(E) a Cia Medicilândia S.A deve reconhecer como ajuste do custo do investimento a proporção dos valores registrados em outros resultados abrangentes, mantendo tais valores fora da demonstração do resultado.

69 Visando a ampliar sua capacidade de estocagem de pescados para atender à demanda gerada pela Feira do Pescado de Tucuruí, realizada no mês de maio, a Jacundá Pescados Ltda adquiriu uma câmara fria industrial em 10/04/2025, pelo valor de R\$ 48.000,00. O equipamento foi instalado e colocado em condições operacionais em 01/05/2025, passando a operar em regime intensivo de 16 horas diárias.

Conforme especificações técnicas do fabricante, a câmara fria possui vida útil estimada de 6 anos, considerando operação normal de 8 horas diárias, e valor residual estimado em R\$ 6.000,00. Diante do uso intensivo, a empresa adotou o método de depreciação linear com fator de aceleração de 1,5.

Considerando que a Jacundá Pescados Ltda precisa fechar seu balanço patrimonial, em 31/12/2025, pode dizer que o valor contábil da referida câmara fria corresponde a

- (A) R\$ 39.000,00.
- (B) R\$ 40.000,00.
- (C) R\$ 41.000,00.
- (D) R\$ 42.000,00.
- (E) R\$ 43.500,00.

70 A empresa comercial Paragominas Ltda apresenta as seguintes operações com mercadorias durante o mês de novembro de 2025. Considere que a empresa adota o sistema de inventário permanente e que não há incidência de tributos recuperáveis nas operações de compra descritas.

- Estoque inicial em 01/11/2025: 100 unidades ao custo unitário de R\$ 50,00.
- Compra em 05/11/2025: 200 unidades por R\$ 60,00 cada. O fornecedor arcou com o frete no valor de R\$ 2.000,00.
- Venda em 10/11/2025: 180 unidades por R\$ 150,00 a unidade.
- Compra em 15/11/2025: 150 unidades por R\$ 80,00 cada, com frete de R\$ 3.000,00 e seguro de R\$ 1.500,00, pagos pelo comprador.
- Venda em 25/11/2025: 170 unidades por R\$ 160,00 a unidade.

Com base nessas informações, o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) total no mês de novembro de 2025, apurado pelos métodos PEPS e UEPS, respectivamente, é de

- (A) R\$ 22.500,00 e R\$ 28.500,00.
- (B) R\$ 24.500,00 e R\$ 30.500,00.
- (C) R\$ 21.800,00 e R\$ 27.000,00.
- (D) R\$ 22.500,00 e R\$ 25.800,00.
- (E) R\$ 24.000,00 e R\$ 28.000,00.

71 A Comercial Santarém Ltda, sociedade empresária que trabalha no ramo supermercadista, utiliza o sistema de inventário periódico para controlar seus estoques de mercadorias. No mês de dezembro de 2025, apresentou os seguintes fatos e informações referente à comercialização de açúcar triturado:

- Compra de açúcar, a prazo, no valor de R\$ 100.000,00.
- Estoque inicial de açúcar, no valor de R\$ 60.000,00.
- Gastos com carga e descarga da compra de açúcar, no valor de R\$ 1.000,00.
- Créditos de ICMS auferidos na compra de açúcar, no valor de R\$ 12.000,00.
- Pagamento de seguros na compra de açúcar, no valor de R\$ 8.000,00.
- Pagamento de juros por atraso do pagamento da compra de açúcar, no valor de R\$ 3.000,00.
- Abatimentos auferidos na compra de açúcar, no valor de R\$ 2.000,00.
- Registro de salários do setor de compras referente ao mês de dezembro, no valor de R\$ 6.000,00.
- Registro de gastos com armazenamento do açúcar pós compra, no valor de R\$ 4.000,00.
- Pagamento de fretes na compra do açúcar refinado, no valor de R\$ 5.000,00.
- Estoque final (inventário) de mercadorias, no valor de R\$ 40.000,00.

Considerando-se tais fatos e informações, é correto afirmar que o valor das compras líquidas do açúcar refinado apuradas no mês de dezembro foi de

- (A) R\$ 103.000,00.
- (B) R\$ 107.000,00.
- (C) R\$ 106.000,00.
- (D) R\$ 100.000,00.
- (E) R\$ 113.000,00.

72 Considerando-se as informações constantes na questão anterior, fundamentadas no sistema de inventário periódico, é correto afirmar que a comercial Santarém Ltda auferiu um Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) no valor de

- (A) R\$ 123.000,00.
- (B) R\$ 127.000,00.
- (C) R\$ 126.000,00.
- (D) R\$ 133.000,00.
- (E) R\$ 120.000,00.

73 A Cia Nova Ipixuna S.A contratou um contador para organizar suas operações comerciais durante o exercício de 2025. Logo de início, foram apresentadas ao novo profissional contratado as seguintes informações sobre algumas transações comerciais ocorridas no mês janeiro de 2025:

- Em 01/01/2025, apresentação de um estoque inicial com 1.500 unidades avaliadas em R\$ 300.000,00.
- Em 15/01/2025, aquisição de novas 1.200 unidades ao valor unitário de R\$ 200,00, com incidência de IPI a 10% e ICMS incluso a 12%.
- Em 30/01/2025, venda de 2.000 unidades a R\$ 300,00 cada, com incidência de 19% de ICMS.
- Em 31/01/2025, devolução de 200 unidades vendidas no dia 15/01/2025.

Levando-se em consideração que essas foram as únicas operações comerciais em janeiro e que os estoques são avaliados pelo PEPS, é correto afirmar que o estoque final no mês de janeiro corresponde a

- (A) R\$ 176.400,00.
- (B) R\$ 137.200,00.
- (C) R\$ 163.200,00.
- (D) R\$ 180.000,00.
- (E) R\$ 177.200,00.

74 O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e seus respectivos projetos, como Escrituração Contábil Digital (ECF), Escrituração Fiscal Digital (ECF) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), para assegurar a validade jurídica, tornou-se necessário que todos os contribuintes, independente do porte ou seguimento da organização, adquirissem o certificado digital.

Desta forma, o certificado digital surge como um mecanismo de segurança capaz de garantir a autenticidade, confidencialidade e integridade às informações eletrônicas das mensagens e documentos trocados na internet. Quanto à utilização dos certificados digitais, considere as seguintes assertivas:

- I. O servidor da web pode solicitar ao usuário que apresente um certificado digital, em vez do uso de usuário e senha.
- II. Não existem mais dúvidas sobre a origem de uma mensagem, pois com o certificado digital é possível certificar a identidade do emissor.
- III. As mensagens de correio eletrônico, ou qualquer documento digital, tal como formulários preenchidos pela web, passaram a valer como documentos assinados, com validade jurídica, dispensando o uso de papel.
- IV. Na visita a um site seguro da web, o computador recebe o certificado contendo a chave pública desse site, tornando os dados incompreensíveis durante o tráfego, sendo possível apenas ao servidor web recuperar a informação original.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

75 A empresa Xinguara Ltda e a empresa Redenção S/S Ltda foram constituídas em 10/12/2024 e 15/12/2024, respectivamente, à luz do Código Civil nº 10.406/2002. Ocorre que, ao longo do ano de 2025, ambas apresentaram faturamento abaixo do projetado. Neste sentido, foi solicitada ao profissional da contabilidade a realização da baixa por liquidação voluntária de ambas empresas.

Acerca do entendimento sobre sociedade empresária e sociedade não empresária, considere as seguintes assertivas:

- I. A baixa das empresas Xinguara Ltda e Redenção S/S Ltda dar-se-á pelo cartório de registros, conjuntamente à Receita Federal do Brasil.
- II. A baixa da empresa Xinguara Ltda dar-se-á com a imputação do documento básico de entrada na Receita Federal do Brasil e, posteriormente, requerimento na Junta Comercial.
- III. A baixa da empresa Redenção S/S Ltda dar-se-á mediante distrato social registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, conjuntamente ao pedido eletrônico de baixa na Receita Federal do Brasil.
- IV. A baixa das empresas Xinguara Ltda e Redenção S.A Ltda deverá ser realizada somente pela Junta Comercial.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

D9 – DIREITO CONSTITUCIONAL

76 Sobre o estado de calamidade pública de âmbito nacional, instituído pela Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, é correto afirmar que

- (A) tal qual o estado de defesa, a competência para sua decretação é privativa do Presidente da República.
- (B) a competência para sua instituição é do Congresso Nacional, independentemente de iniciativa do Presidente da República.
- (C) a competência para sua instituição é do Congresso Nacional mediante prévia proposição do Presidente da República.
- (D) tal qual o estado de sítio, a competência para sua decretação é privativa do Presidente da República.
- (E) tal qual o estado de defesa, a competência para sua decretação é privativa do Congresso Nacional.

77 Sobre a acumulação remunerada de cargos públicos, é correto afirmar que

- (A) a compatibilidade de horários da acumulação de dois cargos de professor é constitucionalmente flexibilizada quando um dos cargos for de ensino a distância.
- (B) não há possibilidade de acumulação de um cargo privativo de médico com outro de professor.
- (C) há possibilidade de acumulação de três cargos privativos de médico.
- (D) não há possibilidade de acumulação de dois empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- (E) há possibilidade de acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

78 Sobre o sistema tributário nacional, é correto afirmar que

- (A) a imunidade tributária do imposto sobre a propriedade de veículos automotores recai sobre veículos terrestres de passageiros, micro-ônibus e ônibus com 20 anos ou mais de fabricação.
- (B) ação afirmativa de natureza tributária permite que a União tribute remuneração e proventos dos agentes públicos estaduais e municipais com renda média superior a R\$ 50.000,00 em nível superior ao fixado para seus agentes.
- (C) a Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, que altera o sistema tributário nacional, permite a tributação excepcional de entidades religiosas, inclusive de suas organizações assistenciais, quando o déficit fiscal ultrapassar o teto da meta definido pela Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023.
- (D) a Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, que altera o sistema tributário nacional, estende a imunidade recíproca que veda instituição de impostos sobre patrimônio, renda e serviços vinculados às finalidades essenciais ou delas decorrentes garantida às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, à empresa pública prestadora de serviço postal.
- (E) a Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, que altera o sistema tributário nacional, vedou a instituição pelos Municípios e Distrito Federal de contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio, a expansão e a melhoria de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.

79 Sobre nacionalidade, é correto afirmar que são brasileiros natos

- (A) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (B) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro, desde que com contato de trabalho regular e vigente com alguma empresa brasileira.
- (C) os nascidos no estrangeiro de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição competente do país de nascimento.
- (D) os nascidos no estrangeiro de mãe brasileira que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, antes da maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (E) os nascidos na República Federativa do Brasil, desde que não tenham pais estrangeiros.

80 Sobre o *habeas corpus*, é correto afirmar que a competência de julgamento é do

- (A) Supremo Tribunal Federal quando o coator for Tribunal Superior ou Tribunal Regional Federal ou se trate de crime sujeito à jurisdição do Supremo Tribunal Federal em uma única instância.
- (B) Supremo Tribunal Federal para julgar recurso ordinário de *habeas corpus* decidido em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
- (C) Superior Tribunal de Justiça quando o coator for um dos desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, mas, se um dos desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal for paciente, a competência é do respectivo Tribunais de Justiça.
- (D) Superior Tribunal de Justiça quando o coator for um dos membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, mas, se o coator for um dos desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, a competência é do Supremo Tribunal Federal.
- (E) Superior Tribunal de Justiça quando o coator ou paciente for um dos membros dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, mas, se o coator ou paciente for um dos membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, a competência é do respectivo Tribunal Regional Federal.

81 Sobre o mandado de segurança, é correto afirmar que

- (A) a defesa de direitos individuais homogêneos não pode ser realizada por meio do mandado de segurança coletivo porque induz litispendência para as ações individuais.
- (B) a defesa de direitos individuais homogêneos não pode ser realizada por meio do mandado de segurança coletivo justamente porque não induz litispendência para as ações individuais.
- (C) sua impetração não é cabível contra atos do Supremo Tribunal Federal.
- (D) sua impetração não é cabível contra atos do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) a defesa de direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum e da atividade ou situação específica da totalidade ou de parte dos associados ou membros do impetrante, pode ser realizada por meio do mandado de segurança coletivo.

82 Sobre direitos políticos, é correto afirmar que

- (A) aqueles que tiveram seus direitos políticos suspensos, por motivos exclusivamente políticos, no período de 15 de julho a 31 de dezembro de 1969, por ato do então Presidente da República, poderão requerer ao Supremo Tribunal Federal o reconhecimento dos direitos e vantagens interrompidos pelos atos punitivos, desde que comprovem terem sido estes eivados de vício grave.
- (B) podem ser objeto de regulamentação por medida provisória contanto que se respeite o princípio da anualidade eleitoral do art. 16 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- (C) a perda ou a cassação de direitos políticos é uma decorrência direta do cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- (D) a perda ou a cassação de direitos políticos é uma decorrência direta da incapacidade civil absoluta.
- (E) a perda ou a cassação de direitos políticos é uma decorrência direta da condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

83 Sobre as competências constitucionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é correto afirmar que, legislar sobre

(A) condições para o exercício de profissões compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.

(B) orçamento compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.

(C) custas dos serviços forenses compete concorrentemente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

(D) populações indígenas compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.

(E) os serviços públicos de interesse local compete aos Municípios, com exceção do transporte coletivo, que compete concorrentemente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

84 Sobre a intervenção nos Estados e Municípios, é correto afirmar que

(A) os Conselhos da República e de Defesa Nacional devem se pronunciar nos casos de intervenção federal e estadual.

(B) o decreto de intervenção deve especificar a amplitude, o prazo, as condições de execução e nomear interventor, e será submetido à apreciação do Senado Federal.

(C) se, no momento da decretação da intervenção, o Congresso Nacional não estiver funcionando, a intervenção é paralisada até o retorno do recesso legislativo.

(D) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei, é uma das hipóteses de intervenção da União nos Estados.

(E) o decreto de intervenção deve especificar a amplitude, o prazo, as condições de execução e nomear interventor, e será submetido à apreciação da Câmara dos Deputados.

85 Sobre direitos e deveres individuais e coletivos, é correto afirmar que

(A) é livre a manifestação de pensamento, inclusive garantindo-se o anonimato como mecanismo de abertura democrática.

(B) é inviolável o sigilo das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

(C) a liberdade de associação garante que ninguém será compelido a associar-se, mas estabelece o mínimo de seis meses de permanência na associação.

(D) a liberdade de associação garante que ninguém será compelido a associar-se, mas estabelece o mínimo de um ano de permanência na associação.

(E) a liberdade de locomoção no território nacional em tempo de paz não se condiciona a limites legais, garantindo-se que qualquer pessoa possa nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

86 Sobre o processo legislativo, é correto afirmar que

(A) a iniciativa dos projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual é privativa do Presidente da República com ampla liberdade de apresentação de emendas parlamentares por Senadores e Deputados Federais.

(B) compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos-lei, decretos legislativos e resoluções.

(C) as emendas à Constituição não estão sujeitas a veto presidencial, bem como as matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional e de competência privativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

(D) a Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001, permitiu a edição de medida provisória sobre matéria reservada a lei complementar, aumentando, no entanto, o quorum de votação para maioria absoluta.

(E) o veto integral do Presidente da República a projeto de lei que teve sua votação concluída no Poder Legislativo será apreciado em sessão conjunta, enquanto o veto parcial o será pela Casa Legislativa que tenha concluído a votação.

87 Sobre organização político-administrativa, é correto afirmar que

(A) o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados.

(B) o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

(C) o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de vinte e quatro, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

(D) a eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á noventa dias antes do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá no dia primeiro de janeiro do ano subsequente.

(E) os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado corresponderão a oitenta por cento do subsídio do Presidente da República, do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, respectivamente.

88 Sobre a administração pública, é correto afirmar que

(A) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, já aos estrangeiros, na forma da lei, são acessíveis apenas cargos e empregos.

(B) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão, na medida de sua culpabilidade, pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

(C) a vedação de percepção simultânea de proventos de aposentadoria não se aplica aos membros de poder que até a publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1988, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos.

(D) é vedada toda percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos com a remuneração de cargo, emprego ou função pública.

(E) é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, excluídos os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

89 Sobre defesa do estado e das instituições democráticas, é correto afirmar que

(A) a instituição do estado de defesa depende de prévia autorização do Congresso Nacional.

(B) a instituição do estado de sítio depende de prévia autorização do Congresso Nacional, com exceção do caso de ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa, porque entende-se que houve autorização anterior.

(C) durante a vigência do estado de defesa, a restrição do sigilo de comunicação telefônica depende de autorização do Conselho de Defesa Nacional.

(D) durante a vigência do estado de sítio, a restrição do sigilo de comunicação telefônica depende de autorização do Conselho da República.

(E) na vigência de estado de defesa ou de estado de sítio, não se pode emendar a Constituição.

90 Sobre princípios gerais da atividade econômica e financeira, é correto afirmar que

(A) as empresas públicas e as sociedades de economia mista gozam de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, permitindo que realizem justiça social.

(B) a exploração direta de atividade econômica pelo Estado é princípio amplo e geral que visa a garantir a justiça social.

(C) é considerada empresa brasileira de capital nacional aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou de entidades de direito público interno, entendendo-se por controle efetivo da empresa a titularidade da maioria de seu capital votante e o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades.

(D) a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 atribui competência para que lei discipline, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentive os reinvestimentos, e regule a remessa de lucros.

(E) o Estado, como agente normativo e regulador da atividade econômica, exerce, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo determinante para os setores público e privado.

91 Considere as seguintes afirmativas sobre os indicadores sociais de saúde no Estado do Pará:

- I. Entre 2010 e 2022 houve um aumento de médicos atuantes no Estado do Pará de 4.079 para 9.177, superior a 100%.
- II. O maior aumento absoluto observado de médicos atuando no Estado do Pará, entre 2010 e 2022, foi no Sistema Único de Saúde.
- III. A especialidade com maior aumento absoluto, entre 2010 e 2022, no Estado do Pará foi a de clínica médica, entretanto, correspondendo a menos da metade da totalidade de médicos especialistas em atuação no ano de 2022.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

92 Considere as seguintes afirmativas sobre os indicadores sociais de educação no Estado do Pará:

- I. No Estado do Pará, a rede privada de ensino superou a rede pública estadual em número de docentes no período compreendido entre 2010 e 2023 na provisão de ensino fundamental.
- II. Houve um aumento no número de estabelecimentos de ensino municipais para oferta do grau pré-escolar e uma redução no número de estabelecimentos para a oferta de ensino fundamental nessa mesma dependência administrativa entre os anos de 2010 e 2023 no Estado do Pará.
- III. No Estado do Pará, entre 2011 e 2023, houve um aumento da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais, ultrapassando os 95%.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, apenas.

93 Considere as seguintes afirmativas sobre o mercado de trabalho paraense:

- I. No período de 2010 a 2022, o setor de serviços superou o setor da administração pública e se tornou o segundo maior empregador formal do Estado do Pará, atrás apenas do setor de comércio.
- II. No período de 2010 a 2022, no Estado do Pará, houve um aumento no número de vínculos totais e de ensino superior completo, bem como houve uma redução no número de vínculos ligados apenas à conclusão (total ou parcial) do ensino fundamental.
- III. Considerando os vínculos empregatícios formais no mercado de trabalho paraense, entre 2010 e 2022, o grupo de ensino médio completo foi o que apresentou maior participação nesses vínculos.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

94 Considere as seguintes afirmativas sobre a balança comercial paraense:

- I. Durante o período de 2010 a 2024, o valor das exportações no Estado do Pará superou em todos os anos o de suas importações, além disso, esse período foi marcado pelo aumento, em média, do saldo da balança comercial do Estado.
- II. O valor das importações do Estado do Pará não chegou a superar os 2 bilhões de dólares FOB entre 2010 e 2024.
- III. O valor das Exportações paraenses chegou ao seu máximo em 2024, com mais de 29 bilhões de dólares em 2024.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

95 Sobre os indicadores sociais do Estado do Pará, é correto afirmar que, entre

- (A) 2010 e 2022, o percentual de nascidos vivos com 7 ou mais consultas pré-natal aumentou de 35,6% para 90,15%.
- (B) 2016 e 2023, o número de domicílios paraenses que queimavam seu lixo na propriedade passou por uma redução, entretanto, ainda correspondia em 2023 a cerca de 10% dos domicílios paraenses.
- (C) 2010 e 2022, houve uma inversão no total de homicídios no trânsito e aqueles observados entre jovens no Estado do Pará: inicialmente, os homicídios no trânsito ocorreram em maior número, enquanto no último ano do período as mortes de jovens apresentaram valores superiores aos de homicídios no trânsito.
- (D) 2010 e 2022, o número de nascidos vivos teve um aumento de 128 mil para 140 mil.
- (E) 2013 e 2023, o acesso à internet nos domicílios cresceu de 33,87% para 90,2% no Estado do Pará.

96 Considere as seguintes afirmativas sobre os indicadores ambientais paraenses:

- I. Entre 2010 e 2023 o desflorestamento acumulado no Estado do Pará aumentou de 234,9 mil para 329,2 mil quilômetros quadrados.
- II. No período entre 2010 e 2023, o ano com maior incremento do desflorestamento no Estado do Pará foi o de 2021, com um incremento de mais de 5 mil quilômetros quadrados.
- III. Em 2024, cerca de 50% da área territorial do Estado do Pará estava cadastrada no Cadastro Ambiental Rural.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

97 Considere as seguintes afirmativas sobre o mercado de trabalho paraense:

- I. Entre os anos de 2012 e 2023, houve uma tendência de aumento do rendimento médio real do trabalho principal dos trabalhadores paraenses que atuam por conta própria.
- II. O maior destaque para aumento dos ganhos reais de rendimento médio de emprego no trabalho principal no período entre 2012 e 2023, foi o de empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada.
- III. Dentre as atividades de serviço classificadas como de serviços prestados às famílias, aquelas com maior pessoal ocupado em 2022 foi a de serviços de alojamento e alimentação, seguida por atividades de ensino continuado.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

98 Sobre os setores florestal e de silvicultura paraenses, é correto afirmar que:

- (A) entre 2010 e 2023 o valor da produção da extração florestal de açaí no Estado do Pará praticamente quadruplicou, consolidando o produto como o principal produto de extração vegetal do estado.
- (B) o valor da produção de carvão vegetal de eucalipto em 2023 foi superior ao das madeiras em tora de eucalipto para papel e celulose.
- (C) considerando os dados da silvicultura paraense, os maiores produtos em valor da produção em 2022 eram as madeiras em tora para papel e celulose, seguidas pelas madeiras em tora para outras finalidades.
- (D) considerando as espécies florestais plantadas no Estado do Pará em 2022, o eucalipto ocupou um pouco menos da metade da área total existente para a silvicultura.
- (E) em 2023, a extração vegetal alimentícia de maior valor da produção no Estado do Pará era a castanha-do-Pará, seguido pelo açaí.

99 Sobre a infraestrutura de transportes no Estado do Pará, é correto afirmar que

- (A) em 2010, o número de automóveis (345 mil) e motocicletas (364 mil) não apresentava uma diferença muito grande no Estado do Pará, entretanto, em 2023 o número de automóveis (1,13 milhões) era aproximadamente 50% maior que o de motocicletas (739 mil).
- (B) em 2010, o número de veículos não licenciados (373 mil) era inferior ao de licenciados (596 mil) no Estado do Pará. No entanto, em 2023 o número de veículos não licenciados (1,38 milhões) era superior ao de licenciados (1,23 milhões).
- (C) entre 2010 e 2023 o total de movimentação nos portos do Estado do Pará, incluindo carregamentos e descarregamento, praticamente dobrou, de 22,52 milhões de toneladas em 2010 para 41,85 milhões em 2023.
- (D) entre os anos de 2010 a 2023, 2023 foi o ano com o maior volume de carregamento nos portos do estado do Pará, com cerca de 17,02 milhões de toneladas.
- (E) entre os anos de 2012 e 2023, o Estado do Pará vivenciou um aumento significativo no número total de pousos e decolagens de aeronaves, incluindo voos domésticos e internacionais, de 28 mil em 2012 para 61 mil em 2023.

100 Considere as seguintes afirmativas sobre as contas regionais do Estado do Pará:

- I. O Valor Adicionado da Agropecuária aumentou de 8 bilhões de reais para 44 bilhões de reais correntes entre 2010 e 2022.
 - II. A máxima do Valor Adicionado da Indústria do Estado do Pará, entre 2010 e 2022, foi de 111 bilhões de reais correntes em 2021.
 - III. O Produto Interno Bruto do Estado do Pará aumentou de 82 bilhões em 2010 para 236 bilhões em 2022.
- É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.